

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LENILZA ALVES PEREIRA SOUZA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
INSTITUCIONALIDADE E COMPROMISSO SOCIAL**

Goiânia
2013

LENILZA ALVES PEREIRA SOUZA

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
INSTITUCIONALIDADE E COMPROMISSO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de mestre, sob orientação da Profa. Dra Sandra de Faria. Linha de Pesquisa: Teoria Social e Serviço Social.

Goiânia
2013

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Souza, Lenilza Alves Pereira.
S729e Extensão universitária [manuscrito] : institucionalidade e
compromisso social / Lenilza Alves Pereira Souza. – 2013.
106 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Departamento de Serviço Social, Goiânia, 2013.
“Orientadora: Profa. Dra. Sandra de Faria”.

1. Extensão universitária - Aspectos sociais. I.Faria, Sandra
de. II. Título.

CDU 378.4(043)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
INSTITUCIONALIDADE E COMPROMISSO SOCIAL

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sandra de Faria (Orientadora)

Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro / PUC Goiás (Membro)

Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa/ UFG (Membro)

Profa. Dra. Maria José Pereira Rocha / PUC Goiás (Suplente)

À minha família: esposo, filhos, Moana, pais, irmãos, sobrinhos, sogro (a), cunhado (a), e ao meu neto, que está chegando. Celebremos juntos, pois essa vitória também é de vocês, somente a renúncia de tantos momentos que poderiam ser vividos juntos foi possível chegar a essa etapa, vocês souberam compreender e incentivar cada momento.

AGRADECIMENTOS

À Profª Dra. Sandra de Faria, pela dedicação, orientações, compromisso ético e sugestões nesse processo de aprendizado.

Às minhas amigas Marta Brandão, Cristiane, Rafaela, Carol e Irondina, que contribuíram nesse processo.

Aos colegas de curso que contribuíram em momentos de reflexão e incentivo para a conclusão desse trabalho.

Às professoras, membros das bancas examinadoras de qualificação e defesa: Drª Sandra de Faria, Drª Eleusa Bilemjian Ribeiro, Drª Maísa Miralva da Silva, Drª Maria José Rocha e Drª Regina Sueli de Sousa.

RESUMO

Esta dissertação mostra a análise da extensão universitária, no tocante à institucionalidade e ao compromisso social, o que possibilita a compreensão da extensão como prática de ações interlocutoras que integram a produção e a sistematização do conhecimento ao processo de aprendizagem, como locus da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa identifica que a extensão no Brasil apresenta vários conceitos e concepções em sua trajetória histórica no contexto da educação superior. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº 9.394/1996 a extensão configura-se como um elemento indispensável da identidade institucional. A pesquisa desenvolvida sobre a extensão universitária na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), pioneiras no estado de Goiás, e na Faculdade Mineirense (Fama), instituição privada goiana que está nos seus primeiros anos de funcionamento, elucida que a trajetória histórica das Instituições está condicionada por projetos educacionais em vigência ou em edificação; que elas desenvolvem extensão desde sua autorização de funcionamento até os dias atuais, contribuindo para o desenvolvimento local e regional em sua função social. Os resultados obtidos no processo investigado demonstram também que a institucionalização da extensão requer consonância com normas, critérios e referenciais teóricos, de suas finalidades e suas gestões pautadas pelas diretrizes curriculares nacionais. A análise da trajetória conceitual da extensão na educação superior brasileira, com base nos nexos entre sociedade e universidade, educação e prática social, particulariza as consequências desse processo em um período de transformações societárias, sobretudo na relação público e privado.

Palavras-chave: Institucionalidade. Extensão universitária. Compromisso social.

ABSTRACT

This dissertation exposition the analysis of university extension, regarding the institutionality and social commitment, which enables the understanding of the extension as the practice of interlocutor actions that integrate the production and the systematization of knowledge to the learning process, as the locus of the inseparability between teaching, research and extension. The research identifies that the extension in Brazil presents several concepts and conceptions in its historical path in the context of higher education. After the promulgation of the 1988 Constitution and the Law of Guidelines and Bases of Education - LDB 9.394-1996, the extension appears as an indispensable element of institutional identity. The research, carried out on university extension at the Federal University of Goiás (UFG), at the Pontifical Catholic University of Goiás (PUC Goiás), pioneers in the state of Goiás, and at Faculdade Mineirense (FAMA), a private institution in Goiás that is in its early years of operation, elucidates the historical trajectory of the institutions is conditioned by educational projects in effect or in edification; that they develop extension since the operating permit to the present day, contributing to local and regional development in their social function. The results obtained in the process investigated also demonstrate that the institutionalization of extension requires compliance with standards, criteria and theoretical references according to their purposes and their management, guided by the national curriculum guidelines. The analysis of the conceptual trajectory of the extension in Brazilian higher education, based on the connections between society and university, education and social practice, particularizes the consequences of this process in a period of societal transformations, especially in the relationship between the public and private sectors.

Keywords: Institutionality. University extension. Social commitment.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Política de Extensão: histórico, conceito e objetivos da extensão na UFG, PUC/Goiás e Fama | 73 |
| Quadro 2: Instância de Gestão da Extensão universitária na UFG, PUC Goiás e Fama | 80 |
| Quadro 3: Operacionalização e atividades da extensão e sua relação com os setores público e privado | 89 |
| Quadro 4: A Extensão Universitária e o compromisso com o desenvolvimento local e regional | 94 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| ABESC | Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas |
| ABRUC | Associação Brasileira de Reitores das Universidades Comunitárias |
| APAE | Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais |
| APUC | Associação dos Professores da Católica |
| ASC | Associação dos Servidores da Católica |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento |
| CAC | Coordenação de Arte e Cultura |
| CAE | Coordenação de Assuntos Estudantis |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBEU | Congresso Brasileiro de Extensão Universitária |
| CCE | Coordenação de Cursos Eventos e Projetos Especiais |
| CEAD | Centro de Educação a Distância |
| CECOM | Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CEPEA | Conselho de Ensino Pesquisa Extensão e Administração |
| CEPEC | Conselho de Ensino Pesquisa Extensão e Cultura |
| CERCAMP | Centro de Recursos Computacionais |
| CF | Constituição Federal |
| CINTERFOR | Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento na Formação Profissional |
| CIS | Comissão de Interação com a Sociedade |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNPq | Conselho Nacional de Pesquisa |
| COLEC | Colegiado de Cursos |
| COMPEEX | Congresso de Pesquisa e Extensão |
| CONSEP | Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão |
| CONSUNI | Conselho Universitário |
| CONSUP | Conselho Superior |
| COPEX | Comitê de Pesquisa e Extensão |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| DOU | Diário Oficial da União |

| | |
|----------|--|
| EMAC | Escola de Música e Artes Cênicas |
| ETG | Coordenação de Estágio e Extensão |
| FACE | Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis |
| FAMA | Faculdade Mineirense |
| FCHF | Faculdades de Ciências Humanas e Filosofia |
| FCS | Faculdade de Ciências Sociais |
| FH | Faculdade de História |
| FIMES | Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FORESP | Fórum das Universidades Particulares |
| FOREXT | Fórum das Universidades Públicas |
| FORGRAD | Fórum de Pró-Reitores de Graduação |
| FORPROEX | Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas |
| FUNADESP | Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular |
| HNSF | Hospital Nossa Senhora de Fátima |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDF | Instituto Dom Fernando |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| IGPA | Instituto Goiano de Pré-História |
| INCRA | Instituto de Colonização e Reforma Agrária |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| IPES | Instituto de Pesquisa Econômico Sociais |
| ITA | Instituto Tecnológico da Aeronáutica |
| JO FAR | Jornada de Farmácia |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| MCTI | Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura |
| MG | Minas Gerais |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPI | Projeto Político-Pedagógico Institucional |

| | |
|-----------|--|
| PROARD | Pró- Reitoria de Administração e Finanças |
| PROBEC | Programa de Bolsa de Extensão e Cultura |
| PROCOM | Pró- Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária |
| PRODIRH | Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos |
| PROEC | Pró- Reitoria de Extensão e Cultura |
| PROEX | Pró- Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil |
| PROGRAD | Pró- Reitoria de Graduação |
| PRPPG | Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| RBHCS | Revista Brasileira de História & Ciências Sociais |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SCC | Semana de Cultura e Cidadania |
| SE | Sergipe |
| SEPLAN-GO | Secretaria do Planejamento de Goiás |
| SESU | Secretaria de Educação Superior |
| SIEC | Sistema de Informação de Extensão e Cultura |
| SINAES | Sistema Nacional do Ensino Superior |
| UCG | Universidade Católica de Goiás |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UG | Universidade de Goiás |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UNIFIMES | Centro Universitário de Mineiros |
| USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |
| USP | Universidade de São Paulo |
| VA | Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos |
| VAD | Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos |
| VAE | Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis |
| VPG | Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 17 |
| 1.1 A extensão universitária e sua história | 17 |
| 1.2 Os segmentos organizados de extensão universitária e os congressos brasileiros de extensão | 25 |
| 1.2.1 Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) | 25 |
| 1.2.2 Fórum de Pró-reitores das Universidades comunitárias e católicas brasileiras (Forext) | 29 |
| 1.2.3 Fórum de Pró-reitores das Universidades Particulares Brasileiras (Forexp) | 31 |
| 1.2.4 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) | 33 |
| 1.3 Concepções de extensão universitária | 34 |
| 1.4 A institucionalização da extensão universitária após-aprovação da LDB/96 ... | 42 |
| CAPÍTULO II - HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PESQUISADAS | 48 |
| 2.1 Universidade Federal de Goiás (UFG)..... | 48 |
| 2.2 Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)..... | 55 |
| 2.3 Faculdade Mineirense - FAMA | 63 |
| CAPÍTULO III - INSTITUCIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS CONDICIONANTES DO COMPROMISSO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PESQUISADAS | 69 |
| 3.1 Histórico, conceito e objetivos de extensão nas instituições pesquisadas | 69 |
| 3.2 Instância de Gestão | 77 |
| 3.3 Operacionalização e atividades de extensão e sua relação com setores públicos e privados | 82 |
| 3.4 O compromisso da extensão com o desenvolvimento local e regional..... | 92 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 95 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 99 |

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) o estudo sobre a trajetória da extensão em três instituições do ensino superior situadas no estado de Goiás: PUC Goiás, Universidade Federal de Goiás (UFG) e Faculdade Mineirense (Fama). O estudo realizado integra-se a linha de pesquisa de Teoria Social e Serviço Social, com foco na análise da fundamentação teórico-metodológica e histórica e no processo de institucionalização da extensão universitária.

O objeto da pesquisa recaiu sobre as condicionantes da institucionalidade da extensão universitária com ênfase à dimensão conceitual, ao compromisso social e à inserção no desenvolvimento local e regional, tendo como campo de pesquisa as três instituições de ensino superior: duas universidades pioneiras no ensino superior goiano, a PUC Goiás, criada em 1959, e a UFG, em 1960. A terceira instituição, Fama, de natureza jurídica privada com fins lucrativos, foi criada em 2007, e localiza-se no Sudoeste goiano, na cidade de Mineiros-GO.

Diante das dúvidas e inquietações relacionadas à atuação profissional da mestrandia e da necessidade de aprofundamento do conhecimento sobre a temática da institucionalidade da extensão universitária, optou-se pela pesquisa documental de estudos, registros institucionais e documentos publicados sobre a extensão nas três instituições de ensino superior (IES). A pesquisa compreendeu coleta de dados e análise de documentos e posicionamentos dos fóruns de pró-reitores de extensão em seus diferentes segmentos (público, comunitário e privado).

Para subsidiar as análises, a pesquisa abrangeu, também, a revisão da legislação, nacional, regional e local sobre o tema e sua relação com a política educacional. Foram desenvolvidos diferentes procedimentos metodológicos e elaborados instrumentos tendo em vista o cotejamento das dimensões selecionadas para a análise: histórico, conceito e objetivos da extensão, instâncias de gestão, operacionalização, atividades da extensão, relação com setores públicos e privados e compromisso da extensão com o desenvolvimento local e regional.

As dimensões priorizadas decorrem dos objetivos propostos para a pesquisa e da fundamentação histórica sobre a trajetória conceitual da extensão no ensino superior brasileiro.

À institucionalização, objeto central da investigação e os estudos de Sousa (2000), demonstram que a oficialização da institucionalização da extensão no Brasil se efetivou em 1931, com a promulgação do primeiro Estatuto das Universidades Brasileira.

Ao longo da investigação, apreende-se que a extensão é uma atividade que nasceu com o intuito de prestação de serviços, com continuidade por um longo período sendo ofertada nessa vertente de maneira assistencialista e sem controle nas instituições de ensino superior brasileiro.

A potencialidade educacional e social reconhecida por Síveres (2012) adquire relevância, pois a extensão é reconhecida como um elemento essencial da identidade institucional, um dos aspectos que define o estatuto acadêmico, e nesse sentido, refere-se ao processo de aprendizagem. A aprendizagem compreende o comportamento humano, a relação que se estabelece com o conhecimento e a razão para desenvolver a sociedade.

Em se tratando de compromisso social, Frigotto, (2003) enfatiza que a educação jamais pode ser reduzida a um fator, ela deve ser concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma produtora e participante dessa relação social. Essa compreensão remete à indagação sobre o papel das três instituições de ensino superior pesquisadas, no tocante ao compromisso com o desenvolvimento local e regional.

A universidade, na concepção de Botomé (1996), desde o seu nascimento deve ter um compromisso social com a comunidade na qual está inserida. A universidade tem a função básica de produtora e socializadora do conhecimento científico e, se necessário, deve propor mudanças, visando a intervenção na realidade, em busca de acordos e ações coletivas entre a universidade e a população.

Pautada nessas conceituações e concepções de extensão universitária, a hipótese diretriz da pesquisa enfatiza a análise crítica da trajetória da institucionalização da extensão nas três instituições de ensino superior pesquisadas a UFG, PUC Goiás e Fama, precisamente o modo como organizam, institucionalizam e programam suas ações na área de extensão. Trata-se de uma condição para problematizar as ações ou políticas de extensão das IES assim como, os critérios e os referenciais teóricos de acordo com suas finalidades e ações

desenvolvidas. Essas dimensões evidenciam a contribuição da IES para o desenvolvimento local e regional e o cumprimento de suas funções conforme determina a legislação educacional, em um contexto de expansão da educação superior, com prevalência do crescimento do setor privado.

Cabe explicitar que para a seleção das Instituições os critérios formulados considerou-se que a UFG e a PUC Goiás, em seus históricos, apresentam uma trajetória de construção de uma política de extensão, com inúmeros registros e estudos sobre as suas ações. Em contrapartida, a Fama, uma faculdade criada há cinco anos, com exigências legais e institucionais distintas no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão, apresenta características específicas que atendem aos objetivos do presente estudo.

Os estudos, referências bibliográficas e publicações especializadas sobre a temática tendem para uma concepção de extensão com base no princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, bem como, para uma afinidade com as deliberações e posicionamentos assumidos pelos fóruns de pró-reitores de extensão das IES públicas e das IES comunitárias, que acontecem anualmente, a respeito das políticas de extensão.

Para apreender as dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas constitutivas do objeto de pesquisa, o estudo foi estruturado em capítulos para explicitar a trajetória conceitual da extensão no ensino superior brasileiro; sua função em face do compromisso social com o desenvolvimento regional da educação, conforme prevê a sua função legal e os elementos apreendidos dos dados empíricos. E por fim, a análise crítica da trajetória da institucionalização da extensão nas três instituições de ensino superior pesquisadas.

Esse percurso teórico-metodológico converge com o objetivo proposto para a pesquisa, o de investigar os condicionantes da institucionalidade da extensão universitária com enfoque nos conceitos predominantes e no compromisso com o desenvolvimento local e regional.

Como explicitado nos itens anteriores, o estudo empírico sobre a institucionalização da extensão foi desenvolvido em três instituições de ensino superior com identidades jurídicas diferenciadas, conforme determina o artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996), Universidade Federal de Goiás (pública), Pontifícia Universidade Católica (comunitária) e Faculdade Mineirense (privada).

A pesquisa bibliográfica reúne fontes secundárias, como livros, e outras. A pesquisa documental está baseada em documentos primários (ANDRADE, 2009) como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das três instituições, legislação, resolução, revistas, relatórios sítios do Ministério da Educação (MEC) e das IES, publicações, boletins informativos, decretos, leis, projetos, regulamentações sobre as políticas de extensão em âmbito nacional e institucional, instruções normativas, legislação educacional no país, orientações internas, dentre outros.

Os documentos foram coletados e analisados, conforme síntese e descrição no corpo da dissertação, que está composta por três capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos históricos e teórico-conceituais da extensão universitária, a contextualização de desenvolvimento histórico da extensão na educação superior e a institucionalização pós LDB de 1996.

O segundo capítulo, com base na pesquisa documental, reúne e analisa o histórico das instituições de educação superior pesquisadas: UFG, PUC Goiás e Fama e seus marcos de organização e desenvolvimento no estado e na região Centro-Oeste. Os aspectos relacionados a projetos institucionais foram priorizados na análise dos planos de desenvolvimentos das instituições.

No terceiro capítulo, objetiva-se analisar a institucionalização da extensão nas instituições pesquisadas, UFG, PUC Goiás e Fama, destacando os condicionantes do compromisso social das instituições de educação superior com o desenvolvimento local e regional. A análise desenvolvida orienta-se pela compreensão e sua relação com o ensino e a pesquisa e enfoca aspectos de institucionalização organização e operacionalização da extensão universitária no processo de formação das três instituições pesquisadas nos seguintes aspectos: histórico, conceito e objetivos da extensão, instâncias de gestão, operacionalização, atividades de extensão, relação com os setores públicos, privados e compromisso da extensão com o desenvolvimento local e regional.

Em síntese, a dissertação analisa a trajetória conceitual da extensão na educação superior brasileira, com base nos nexos entre sociedade e universidade, educação e prática social, e particulariza as consequências desse processo em um período de transformações societárias, sobretudo na relação público e privado. A educação é concebida como uma práxis educativa, com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E, para a sua efetivação, entende-se que são necessárias metodologias de ensino-aprendizagem que

assegurem o conhecimento como bem público e social, e a universidade, como uma instituição social.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No estudo e revisão bibliográfica sobre a temática da educação superior na América Latina e no Brasil, identificaram-se diferentes conceitos de extensão e vários fatores condicionantes de sua institucionalidade acadêmica, em diferentes períodos históricos.

1.1 A extensão universitária e sua história

Como analisa Chauí (2001,p.35) A universidade é “uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”. Significa que o ensino superior brasileiro é algo que, desde a sua concepção, acontece em uma interação social. À medida que é construído por meio do ensino e da pesquisa no interior das instituições de ensino superior, deve imediatamente ser socializado mediante ações extensionistas, em uma interação com a comunidade, gerando reflexões, confrontos e transformações.

Um olhar retrospectivo, conforme revela Rocha (apud FARIA,2001), considera que o nascimento da extensão no mundo ocorreu no mosteiro de Alcobaça em Portugal, por volta de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os colégios jesuítas na América Latina, no período colonial. A sua finalidade, na época, era promover ações assistencialistas.

Sousa (2000, p.14-15) explica:

As Universidades Latino-Americanas seguirão o modelo francês, apesar de esvaziado de seu conteúdo político de unificação cultural, servindo como instrumento de solidificação de ordem vigente e não como agente de transformação. O Manifesto de Córdoba, na Argentina, em 1918, aparece neste momento da história como o marco de uma nova luta por uma reforma da Universidade Latino-Americana que a transformasse e a fizesse assumir seu compromisso social.

De acordo com Carbonare e Pereira (2012), a extensão universitária no Brasil surgiu com o nascimento da universidade, entre os anos de 1911 e 1917, e as suas primeiras ações ocorreram nos colégios jesuítas, depois na Universidade Livre de São Paulo, que ofertava o ensino superior por iniciativa própria, sem reconhecimento do poder público na época. As primeiras atividades acontecem com as conferências e as semanas abertas ao público, com a finalidade de promover debates sobre os problemas sociais e políticos daquele período.

A oficialização da extensão no Brasil efetivou-se em 1931, de acordo com Souza (2000), “o termo Extensão foi usado pela primeira vez na legislação brasileira em 1931, no Decreto-Lei Nº 19.851” (p.57).

Assim como a universidade brasileira tem suas bases nas universidades europeias, as ações de extensão também se iniciaram tendo como referência a ações extensionistas praticadas no interior daquelas Universidades.

Thiolent *et al.* (2003, p.62-63) consideram que:

A extensão é frequentemente vista como uma atividade simples, limitada, como, por exemplo, um cursinho avulso, uma consultoria em empresa privada, um atendimento comunitário imediato para o qual não é preciso problematizar ou construir significados, discutir tendências ideológicas, nem conhecer metodologias específicas.

Os estudos de Rocha (apud Faria,2001, p.15), sobre a história da extensão identificam a sua divisão desta em seis fases:

De experiências de pequena dimensão, restritas a grupos de pequena projeção, expressam especialmente por meio de ações vinculadas a religião; Da participação de docentes e discentes em movimentos emancipatórios de caráter ideológico diferenciado, com ações pensadas a partir da Universidade; Das ações decorrentes do processo de modernização da sociedade tendo como núcleo a Revolução Industrial, a Revolução Americana e outros movimentos similares; Dos tempos da construção, reconstrução e questionamentos críticos e de assunção da extensão como política social do Estado; Dos tempos de um novo assumir interno por parte da Universidade; e, da fase atual de assumir em rede, oportunidade de construção de grande cadeia.

Os estudos relacionados à educação superior no período de crise do capitalismo, desencadeado a partir da década de 1970, segundo Frigotto (2003), sinalizam que a educação sempre esteve vinculada aos interesses do capital econômico.

As novas demandas da educação segundo a corrente do neoliberalismo, estão explicitadas em diferentes documentos dos organismos internacionais que atuam como se fosse os novos senhores do mundo “BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF e os regionais CEPAL, CINTERFOR,¹ que representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital” (FRIGOTTO, 2010, p. 44).

A apreensão crítica das teses do fim da sociedade e da perda da centralidade do trabalho identifica os processos e as relações educativas, em que a educação se apresenta revestida de novos complexos e determinações sócio-históricas.

Para Frigotto (2003, p. 30)

A análise das relações entre processo de produção e as práticas educativas, desde a perspectiva clássica liberal ou neoliberal, é explicitada pela concepção de que a sociedade é constituída por fatores onde, em determinado período, um destes fatores é o fundamental e determinante, como por exemplo, a economia, e em outros será a política, a religião (Kosik, 1986, p. 99-108). Por esta perspectiva, o trabalho, a tecnologia, a educação é concebida como fatores: a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução .

Para o autor, as práticas educativas são explicadas e exercitadas em todos os países em diferentes períodos históricos, conforme determinam os interesses do capital. Em se tratando do neoliberalismo não é diferente, e, assim, as regras da educação dos países que aderiram ao projeto neoliberal são planejadas pelos novos senhores do mundo, os órgãos financiadores do projeto neoliberal.

Nesse sentido, a perspectiva desse trabalho é refletir sobre a extensão como função integrada à prática educativa. Nos termos de Frigotto (2003, p. 31),

A educação também não é reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto

¹ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, OIT- Organização Internacional do Trabalho, UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação Ciências e a Cultura, FMI- Fundo Monetário Internacional, USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância, CEPAL- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, CINTERFOR- Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento na Formação Profissional.

das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma a forma específica de relação social .

A concepção do autor é de que a educação não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, mas que se contraponha aos seus interesses, em busca da formação humana.

Silva Jr. e Sguissardi (1999) afirmam que a crise de reestruturação do Estado e da educação superior não são fenômenos exclusivos do Brasil, e nem dos países do terceiro mundo. Segundo os autores, trata-se de uma realidade presente e comum na maioria dos países de diferentes dimensões, graus de desenvolvimento e latitudes.

Para os autores, as mudanças ocorridas na educação nos últimos cinquenta anos, a partir da década de 1960/1970, são decorrentes das transformações realizadas na base econômica dos diferentes países, a começar pelos países do primeiro mundo, em especial, os da Europa Ocidental.

O período entre os anos de 1960 e 1970 deu início à período de transição do denominado “Fordismo para um novo regime de acumulação e a crise do Estado do Bem-Estar Social se fazem sentir antes e com maior intensidade” (SILVA Jr. e SGUISSARDI, 1999, p. 25). Os autores alegam que a crise foi vivenciada na América Latina com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980 no Chile, sob a *mão muito visível* da ditadura militar.

Para os autores, os resultados referentes às novas e atuais faces do Estado, no tocante aos dos sistemas de educação nesses países, decorrem de um conjunto de fatores de todas as naturezas, dentre os quais não se pode deixar de elencar os avanços sociopolíticos dos direitos de cidadania e, no caso da educação superior, do estágio de desenvolvimento desses sistemas em cada nação em particular.

Segundo Soares (1996, apud SILVA Jr.;SGUISSARDI,1999, p. 26)

os ajustes estruturais e fiscais e as reformas orientadas para o mercado têm preocupado políticos e economistas dos países centrais (e periféricos) e dos organismos multilaterais como o FMI [Fundo Monetário Internacional] e BIRD/Banco Mundial especialmente a partir dos anos oitenta. A preocupação desses organismos em relação aos países do terceiro mundo, no final dos anos 80 e início dos 90, revela-se em alguns eixos de sua concepção de desenvolvimento/crescimento, que, nos termos do chamado *Consenso de Washington*, assim se traduziam: 1. Equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-

tarifárias; 3. Liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. Desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; 5. Privatização das empresas e dos serviços públicos.

A intenção era transformar as universidades de instituições sociais em organizações sociais, no caso, organizações públicas não estatais, mais especificamente, fundações de direito privado. Com autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com o poder executivo, e por intermédio do órgão do executivo correspondente, fazem parte dos orçamentos públicos federal, estadual ou municipal.

Silva Jr. e Sguissardi (1999) asseguram que as reformas educacionais, em especial a do ensino superior brasileiro, aconteceram a partir da reforma do Estado emergente, nos anos 1960, nos países centrais, chegando a América Latina em 1970, em primeira instância, no Chile, e consolidada no Brasil, em 1994, pois os *intelectuais tucanos*, da social democracia brasileira, aderiram a estas mesmas teses neoliberais.

Fiori (2002, p. 219) explica que,

No Brasil em particular depois de 1994, o governo Cardoso apostou pesadamente na ideologia globalitária e na utopia de um mundo novo sem fronteiras. Na prática, o que ocorreu foi outra coisa. Os socioliberais promoveram uma transnacionalização radical da estrutura produtiva e dos centros de decisão da economia brasileira.

As reformas da educação superior brasileira, a partir da adesão do Brasil ao projeto neoliberal, aconteceram com base nas reformas econômicas.

A trajetória conceitual da extensão na educação superior brasileira, com base nos nexos entre sociedade e universidade, educação e prática social, particulariza as consequências desse processo de transformações societárias, sobretudo na relação público e privado.

Em publicação do MEC/SESu, os Pró-Reitores de Extensão das instituições públicas, por intermédio do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, definem a extensão como “uma práxis educativa, com base no princípio da indissociabilidade, enfatizando a necessidade de um currículo dinâmico, flexível e transformador” (BRASIL, MEC/SESu, 2006, p. 21). A sua efetivação acontece por meio das metodologias de ensino-aprendizagem nos espaços

escolares e extraescolares, na perspectiva de que esses conhecimentos sejam a mola propulsora para que a universidade cumpra sua função, visando:

A democratização do conhecimento acadêmico; instrumentalização do processo dialético teoria/prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade na Universidade; visão integrada do social; relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais (BRASIL, MEC/SESu, 2006, p. 22).

Calderón *et al* (2007, p.31) destacam as seis características básicas da extensão universitária que deve acontecer no âmbito da universidade:

a) articula o ensino e a pesquisa, estabelecendo as pontes com a sociedade; b) viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade; c) estabelece a troca de saberes acadêmico e popular; d) possibilita a construção e o aprimoramento do conhecimento acadêmico; e) democratiza o conhecimento produzido na universidade; f) abre espaço para uma participação da comunidade na universidade de forma mais efetiva.

Os autores ainda atentam para os desafios que a extensão apresenta aos núcleos de pesquisa científica o contínuo questionamento sobre a relevância social dos estudos realizados e também, atribuindo as atividades de ensino que devem proporcionar a problematização na busca da construção da verdadeira cidadania, para o alcance da transformação social e do desenvolvimento social da sociedade em que se encontra inserida.

Sousa (2000) entende que a trajetória de extensão na universidade torna evidente a sua preocupação em todos os momentos e contextos históricos em que esteve inserida na sociedade brasileira.

Com a organização das instituições de ensino superior em Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, a extensão é amplamente discutida e repensada por cada um dos três fóruns com a participação efetiva de representação do MEC.

Considerando esse cenário, as políticas de extensão são discutidas, definidas e construídas, nos últimos anos, na esfera do MEC, com a participação de representantes dos três fóruns de extensão universitária, que representam os três segmentos de instituições de ensino superior brasileiros: Fórum das Universidades Comunitárias (Forext) tem suas origens nos Encontros dos Pró-reitores de Extensão e Ação Comunitária das universidades e Instituições de Ensino Superior (IES)

católica, promovidos pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica (Abesc), Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), constituído em 1987, e, Fórum das Universidades Particulares (Forexp), que desde sua primeira criação envolveu as universidades brasileiras particulares. Em 2006, foi alterada a denominação Fórum de Extensão das IES Brasileiras para Fórum de Extensão das IES Particulares.

A criação dos fóruns de pró-reitores de extensão universitária, na década de 1980, segundo Paro (2001), explica-se pelo contexto marcado pela luta em defesa da democracia, com a retomada de organização da sociedade civil e o processo de luta pela democratização do país, momento em que emergiram os movimentos sociais em defesa de eleições diretas para presidente e governadores.

A união e os esforços dos segmentos organizados das instituições de ensino superior brasileira, a partir dos anos de 1980, na graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação, contribuem de forma significativa para melhorar as políticas de educação exercidas no ensino superior brasileiro.

A redemocratização política do país viabilizou a entrada de vários líderes de movimentos sociais da educação a assumirem a direção de várias universidades e as pró-reitorias de extensão, possibilitando a continuidade aos debates iniciados nos movimentos sociais em defesa de uma universidade aberta aos reclames da sociedade.

No âmbito da extensão universitária, a criação do Forproex, Forest e Forexp, registra um marco significativo nas políticas de extensão das universidades brasileiras que culminou na elaboração do Plano Nacional de Extensão, iniciada no ano de 1997, no Forproex, e concluído nos debates dos fóruns de 2000 e 2001, com uma participação efetiva do MEC, por intermédio Secretaria de Ensino Superior.

Nas universidades católicas e comunitárias aconteceu o primeiro ForExt em 1983, e nos dizeres de Almeida (apud MENESES; SIVERES, 2011, p. 96),

desde sua mais remota origem, o Forext Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Instituições de Ensino Superior Comunitárias tem pautado discussões sobre a Extensão Universitária e Ação Comunitária. Pode-se destacar que o Forext em seus primórdios originou-se dos Encontros de Ação Comunitária promovidos pela ABESC- Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica, hoje, ANEC- Associação Nacional de Educação Católica do Brasil. Dessa forma, é possível destacar a importância das ações comunitárias dentro do âmbito extensionista das IES Comunitárias. A Ação Comunitária, portanto, sempre se pautou como prerrogativa das IES Comunitárias no âmbito de sua identidade. Entre

muitas ainda persistem as Pró- Reitorias Comunitárias ou de Ação Comunitária que resguardam em suas nomenclaturas a importância do marco comunitário para esse segmento universitário.

A Associação Brasileira de Reitores das Universidades Comunitárias, durante o VI Encontro de Extensão e Ação Comunitária realizado em Goiânia, em outubro de 1999, segundo Oliveira (2012), criou oficialmente o Fórum Nacional de Extensão das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária. Na oportunidade, foram aprovados seus estatutos e a publicação da Carta de Goiânia, documento de reafirmação do vínculo entre a extensão e a identidade comunitária.

Além dos fóruns de pró-reitores de extensão universitária brasileira, outro evento importante que converge para o debate das políticas de extensão, nos planos nacional e internacional, é o Congresso Brasileiro de Extensão, organizado e realizado pelos três fóruns de extensão brasileiros.

A construção de uma proposta de educação que vise a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em perspectiva de transformação e desenvolvimento social avançou, nos últimos anos, à medida que o MEC passou a ouvir as universidades e a participar ativamente das discussões acerca das políticas de extensão realizadas no interior de cada segmento de universidades brasileiras: públicas, particulares ou comunitárias.

O Plano Nacional de Extensão tem como marco o seu lançamento em 1999. Conforme MEC/SESu (BRASIL, MEC/SESu, 2006) os documentos sobre o resultado das discussões e das deliberações dos encontros aprovados nos fóruns de pró-reitores de extensão são publicados em periódicos e livros sobre concepções e experiências extensionistas. São documentos balizadores para as instituições de ensino superior de todo o país, sejam elas comunitárias, públicas ou particulares; universidades, centros universitários ou instituições de ensino superior, faculdades integradas ou isoladas.

Na compreensão dos pró-reitores, os debates acerca da extensão no âmbito da educação superior devem ser constantes, considerando a sua complexidade, uma vez que:

a dimensão crítica do conceito de sala de aula que deixa de ser somente o *locus* de produção teórico-abstrata para ser considerada como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social, vivido por seus diferentes atores (BRASIL, MEC/SESu, 2006, p. 23).

No sentido afirmativo, os estudos evidenciaram o papel, objetivos e ações dos fóruns na construção e conceituação da extensão universitária, configurando a trajetória político-social que os caracterizam e que asseguram a legitimidade de sua atuação na área da educação superior.

1.2 Os segmentos organizados de extensão universitária e os congressos brasileiros de extensão

Este item compreende a síntese da trajetória da extensão universitária, a partir da constituição dos três fóruns de pró-reitores e evidencia sua origem, organização, institucionalização e trajetória político-social. São também sistematizados os dados sobre a realização periódica de Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), organizados e realizados conjuntamente pelos três fóruns. Ao estudá-los, confere-se a importância desse evento por tratarem-se de espaços para o debate sobre a extensão universitária brasileira, envolvendo docentes, discentes, gestores universitários das agências governamentais e segmentos sociais estratégicos para os desenvolvimentos nacional, regional e local.

Para identificar as categorias de IES e seus respectivos fóruns, cabe retomar a LDB (BRASIL, 1996) em seu artigo 19, que define as instituições de ensino dos diferentes níveis de ensino, nas seguintes categorias administrativas: “públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público; privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

1.2.1 Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)

O Forproex (BRASIL, MEC/SESu, 2006,p.20-21) é o fórum de pró-reitores das universidades públicas brasileiras, criado em 1987, fruto das discussões ocorridas na sociedade civil por meio dos movimentos em defesa da educação na década de 1980:

Durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania. A população deixa de ser percebida pela comunidade acadêmica como mera receptora de conhecimentos e de práticas produzidas no interior da academia. Com a criação do FORPROEX, em

1987, a concepção de Extensão é revista. Rediscute-se a função social da Universidade, aprofunda-se a discussão sobre sua institucionalização e seu financiamento, intensificando-se o diálogo político com o MEC, a partir do qual se vislumbra a implementação de uma Política de Extensão Universitária, por parte do Estado.

O primeiro tema discutido no âmbito desse segmento foi a concepção de extensão, conforme a nova legislação, bem como o novo contexto social, econômico, político, cultural e educacional, do final do século XX e início do século XXI:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno a Universidade, docente e discente trará um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (BRASIL, MEC/SESu. 2006 p. 21).

A extensão foi mencionada no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96) no artigo 43, inciso VII, (BRASIL, 1996) com a seguinte proposta: “promover a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

A proposta de extensão defendida pelos pró-reitores é aquela que se viabiliza nas metodologias de aprendizagens, desde que sejam problematizadas na perspectiva de produção de conhecimentos, com base nos confrontos entre os conhecimentos produzidos nas universidades e a realidade brasileira e regional. Esses resultados devem proporcionar:

democratização do conhecimento acadêmico; instrumentalização do processo dialético teoria/prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade na Universidade; visão integrada do social; relação transformadora entre Universidade e as demais instâncias sociais (BRASIL, MEC/SESu, 2006. p.22).

Os pró-reitores, ainda, por intermédio do documento MEC/SESu (BRASIL,

MEC/SESu,2006), defendem a proposta de inclusão dos estágios curriculares como ação extensionista. O Forproex, ao longo de sua trajetória histórica e política, objetiva discutir as políticas públicas para a extensão nas universidades públicas federais, com base na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com breve histórico do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, na revista Renex (2012), aconteceram 32 fóruns nacionais de pró-reitores das universidades públicas. O primeiro ocorreu em 1987, em Brasília-DF, momento em que o fórum foi criado. A partir dessa data, uma vez por ano acontece fórum nas capitais dos estados brasileiros.

Mediante as experiências e reflexões nos fóruns como registra o MEC/SESu (BRASIL, MEC/SESu, 2006) em 1999, foi criada a publicação denominada Coleção Extensão Universitária do Forproex, tendo como marco o lançamento do Plano Nacional de Extensão.

A extensão, nesse contexto mencionado pelos pró-reitores (BRASIL, MEC/SESu 2006), passou a fazer parte integrante do processo de democratização do saber acadêmico e deixou de ser construído somente no interior da universidade. O conceito e o espaço ampliado da sala de aula possibilitam a ampliação dos locais de construção do conhecimento, que atualmente inclui as comunidades por meio da extensão e os diferentes atores nele envolvidos: alunos, professores e membros da comunidade; em uma troca entre o saber popular (construído no interior da comunidade) e o saber científico (construído no interior da universidade).

Os debates educacionais ampliaram-se, rumo às diretrizes básicas para a Extensão Universitária. Os documentos publicados pelo MEC/SESu (BRASIL, MEC/SESu, 2006) registram no V Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em 1991, sobre os avanços da extensão nas universidades públicas brasileiras. Nesse encontro os pró-reitores, endossam a necessidade de se concentrar esforços para que aconteça uma maior articulação entre as três atividades da universidade e a institucionalização da Extensão, visando uma maior autonomia universitária e uma gestão democrática focando os aspectos curriculares e sociais.

A partir de 1993, o Forproex, com a participação efetiva do MEC/SESu, dedicou os seus trabalhos no sentido de viabilizar a elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a extensão brasileira, incluindo o apoio financeiro às universidades públicas para a realização das suas ações extensionistas. No ano de 1994, o MEC, por meio do SESU, constituiu a Comissão de Extensão, responsável

por coordenar os trabalhos e oficializar as diretrizes políticas da extensão.

Por meio da Portaria Ministerial Nº 265 de 01 de abril de 1994, foi criada a Comissão de Extensão com essa finalidade, composta pelos dirigentes do Forproex e o chefe de Divisão de Extensão e Graduação da SESU (BRASIL, MEC/SESU, 2006).

Ainda de acordo com o documento, os trabalhos da comissão se intensificaram e, em 1996, a Carta de Juiz de Fora, destacava o fortalecimento da integração ensino-pesquisa e extensão por meio de programas e dos projetos extencionistas em andamento nas universidades públicas, que foram interrompidos por dificuldades financeiras.

O documento de 2006, além se referir-se ao conceito de extensão e flexibilização curricular, tema já debatido nos fóruns de pró-reitores anteriores, apresenta a sua contribuição da SESU para a formulação das políticas de extensão junto as universidades públicas, tendo como uma das suas metas fundamentais atingir a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, princípio que integra o artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Essa premissa reforçou a luta empreendida pela comissão, de 1996 a 2003, em busca de captação de recursos para a extensão, com a finalidade de dar continuidade às propostas no documento. Em 1999, a comissão obteve recursos para a publicação denominada Coleção Extensão Universitária do Forproex, apoiada em parte pelo MEC,

tendo como marco o lançamento do Plano Nacional de Extensão, seguido do volume 2, intitulado Sistema de Dados e Informações e Rede Nacional de Extensão, e do volume 3, Avaliação da Extensão Universitária. O volume 4 dedicado a temática indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização Curricular (BRASIL, MEC/SESU 2006, p. 27-28).

De acordo com o documento de 2006, a partir do ano de 2003, o cenário político brasileiro foi modificado e as possibilidades de apoio as ações de extensão e aos trabalhos iniciados pelo Forproex ganharam força e as fontes de financiamento de extensão ampliaram-se e se intensificaram.

As propostas dos pró-reitores, por meio da sua organização, ao longo dos anos, foram reconhecidas e absorvidas pelo poder público e se transformaram em políticas públicas nacionais de extensão.

O documento evidencia a organização e a força de um trabalho coletivo no país e nas organizações e/ou instituições. Ressalta que, mesmo após a conquista do Plano Nacional de Extensão e das Diretrizes Nacionais de Extensão, a atuação do Forproex é contínua em busca de aperfeiçoamento, inovações e fortalecimento do movimento, o que garante o respeito e o diálogo permanente dos pró-reitores, por intermédio do Forproex, com os dirigentes, gestores e instâncias do MEC.

1.2.2 Fórum de Pró-reitores das Universidades comunitárias e católicas brasileiras (Forext)

A contribuição do Forext para a extensão das universidades católicas e comunitárias brasileiras envolve a análise da sua trajetória no contexto do ensino superior brasileiro, em especial, a contribuição das instituições Comunitárias desde a sua institucionalização e as regulamentações que seguiram.

O inciso II, artigo 20 da LDB/96 (BRASIL, 1996), define que as instituições privadas se enquadrarão nas seguintes categorias:

[...] II particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV filantrópicas na forma da lei.

Para Bartnik e Silva (2009), as instituições comunitárias de ensino superior são instituições que possuem perfil bastante claro e objetivo.

Gadotti (apud BARTINIK; SILVA 2009) explica que essas instituições não devem estar submetidas a nenhum interesse empresarial e sim ter uma profunda vinculação com a região. Outro ponto abordado pelo autor diz respeito à gestão democrática como um dos seus princípios básicos que deve ser primado por estas instituições. Para o autor,

o que as distingue das estatais e das particulares não é tanto o seu estatuto jurídico, mas o seu projeto pedagógico, entendido num sentido mais amplo de projeto social e político. Portanto o que constitui o seu perfil básico é o

seu caráter público, social e realmente comunitário. A Universidade que tem em seu seio a missão eminentemente comunitária estará empenhada na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. E deve ter um perfil acadêmico social aberto aos estímulos sociais, às carências da sociedade e com uma função educativa direcionada para o desenvolvimento com a aplicação dos conhecimentos para com a sociedade (GADOTTI, 1990, apud BARTNIK e SILVA, 2009).

Em 1999, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e na Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica (Abesc), instalou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Comunitárias e Católica do Brasil. Esse fórum foi importante para fortalecer:

uma cultura de Extensão desenvolvida pelas instituições comunitárias especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de soluções aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade (PUC MINAS, 2006).

Segundo Oliveira (1999), o Forext tem suas origens nos encontros de pró-reitores de ação comunitária das universidades e IES católicas realizadas pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica.

Oliveira (1999) esclarece que o avanço da articulação das universidades comunitárias foi interrompido e só retornou em 1995, com uma nova proposta de trabalho sugerida pela Associação Brasileira das Escolas Superiores Católica, que promoveu uma grande mobilização mediante encontros realizados em diferentes áreas de atuação social: Pastoral, Teologia e Administração. Os encontros ocorreram em lugares diferentes: o primeiro, em Campinas- SP, em 1995. O segundo em Salvador- BA, em 1996, o terceiro no mesmo ano em Recife-PE, o quarto em Petrópolis-RJ, e o quinto em Porto Alegre- RS, em 1998.

Neste último encontro que, segundo Oliveira (1999), houve a ampliação da participação, que contou com gestores da extensão universitária das IES comunitárias laicas e confessionais, com a intenção de criar o Fórum de Extensão das IES católicas e comunitárias brasileiras. Foi então nomeada uma comissão com o objetivo de realizar a primeira Assembleia do Fórum, em março de 1999.

Esses, de acordo com o autor, foram os passos fundamentais para o avanço da articulação das universidades comunitárias.

O cenário encontrado no Brasil para a construção da Constituição Federal

de 1988, de acordo com Ribeiro e Almeida (2009), foi a polarização em defesa de três segmentos, o estatal, defensor do controle e oferta total da educação pelo Estado, do comunitário, formado pelas IES religiosas e comunitárias laicas, defensor do direito de uma educação pública e não estatal, e o particular-empresarial, defensor da oferta de educação como serviço comercializável.

Esse cenário, segundo Gomes (apud RIBEIRO ;e ALMEIDA, 2009) alterou-se polarizando em dois segmentos, o público-estatal e o privado, o que causou fortes preocupações no Forext, por compreender que houve uma diminuição na importância, capacidade e legitimidade de participação nas políticas públicas até então empenhadas pelo Governo Federal.

Em texto apresentado como sugestão para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), o Forext, no que se refere ao compromisso social e as inovações, afirma que qualidade na educação superior passa, necessariamente, por sua capacidade de atender às demandas do entorno em que se insere, dimensionando seu compromisso com a sociedade (RIBEIRO; ALMEIDA, 2009).

No mesmo documento Forext defende que o compromisso social envolve opções éticas em relação ao modelo social a ser construído vinculando-se à pesquisa e ao ensino. Ribeiro e Almeida (2009) enfatizam que “o compromisso social é assim resultante da compreensão da educação como bem público e exige atenção na relação com a sociedade”.

O Forext, segundo Ribeiro e Almeida (2009), informa o seu funcionamento e suas atividades de formação e qualificação de dirigentes e gestores da extensão, a efetiva contribuição com o desenvolvimento do debate, sistematização e reflexão sobre a consolidação, organização, gestão e avaliação da extensão. E, de modo categórico, afirma que o fórum contribui para a compreensão da identidade e missão das instituições ensino superior comunitária, o seu potencial e o da extensão, para a qualificação do sistema federal de educação no Brasil.

1.2.3 Fórum de Pró-reitores das Universidades Particulares Brasileiras (Forexp)

O Forexp é o fórum de pró-reitores das universidades particulares, fundado em 2002, durante o primeiro Congresso Brasileiro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, realizado em João Pessoa-PB.

O documento da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino

Superior Particular (FUNADESP, 2012) atesta que tem por princípio promover a busca continuada da excelência do ensino superior particular e explica que a ideia inicial de criação do fórum partiu de um grupo de dirigentes de instituições particulares que participavam do evento, por compreenderem que o cenário da sociedade brasileira, naquele momento, exigia das IES brasileiras um maior comprometimento com a integração social do país e com o exercício de uma política unificada de extensão.

Nessa perspectiva, dirigentes de instituições tomaram a iniciativa de criar o Forexp, com o intuito de agregar todas as universidades particulares brasileiras independentemente da sua identidade jurídica. Esse grupo percebeu que era necessária a constituição de um amplo espaço de debate, que recebesse sugestões de todas as IES e também ampliasse as discussões acerca da definição de diretrizes conceituais da extensão do ensino superior das instituições brasileiras em âmbito nacional.

O documento da Funadesp (2012) registra, além da criação do Fórum Nacional de Extensão das IES de Ensino Superior Brasileiras, os seus objetivos:

1. Analisar e debater questões relativas à Extensão e propor políticas, estratégias e ações que sejam de interesse da maioria de seus associados;
2. Estabelecer interlocução com órgãos governamentais com instituições da sociedade civil e com organismos de representação Universitária;
3. Articular e estimular o desenvolvimento de programas, projetos conjuntos e redes de trabalho entre as instituições associadas;
4. Divulgar, no âmbito da sociedade brasileira as atividades de Extensão, desenvolvidas pelas instituições filiadas;
5. Identificar programas e projetos de fomento à extensão e divulgá-lo entre as instituições filiadas;
6. Propiciar um espaço apropriado e permanente de extensão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão desenvolvida pelas instituições de ensino superior brasileiras;
7. Promover a participação das instituições associadas nos processos de formulação e implementação das políticas de Extensão, em âmbito nacional (FUNADESP, 2012).

A viabilização das ações propostas exigiu a instituição de uma comissão de trabalho que pudesse agilizar as ações propostas, tendo em vista do alcance dos objetivos pretendidos pela entidade. Essa comissão realizou assembleia geral ordinária de constituição do fórum, em 29 de maio de 2003, com o apoio da Funadesp da Associação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Nesse momento, ficou constituído oficialmente o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras (FUNADESP, 2012).

O fórum desenvolve os trabalhos participando das ações do MEC, com os outros dois fóruns de pró-reitores já existentes: o Forproex das IES públicas e o Forext das IES comunitárias e católicas.

Em novembro de 2003, as instituições particulares de ensino superior brasileiro realizaram o primeiro fórum. No ano de 2006, em assembleia geral, o nome do Fórum de Extensão das IES de Ensino Superior Brasileiro passou para Fórum de Extensão das IES de Ensino Superiores Particulares (Forexp).

Durante sua trajetória, o Forexp registra no portal da FUNADESP (2012, site), a realização de seis encontros: o primeiro em Belo Horizonte MG, em novembro de 2003; o segundo, quatro anos depois, em agosto de 2007, Curitiba (PR); o terceiro um ano após, em setembro de 2008, em Minas Gerais (Belo Horizonte); o quarto se deu em setembro de 2009, no Rio de Janeiro; o quinto aconteceu em Aracajú (SE) no mês de setembro de 2010 e o sexto foi realizado em Canoas no Rio Grande do Sul, em setembro de 2011.

1.2.4 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU)

A realização do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) integra as atribuições dos fóruns quanto à organização, à operacionalização e à participação dos três segmentos organizados de extensão, conferindo a relevância desses congressos para o aprimoramento da extensão universitária, no contexto do ensino superior brasileiro.

A justificativa para a criação do Congresso Brasileiro de Extensão, para Corrêa (2003), surgiu a partir da participação de um grupo de dirigentes de extensão universitária no 5º Congresso Internacional de Extensão Universitária realizado no México. A participação dos brasileiros foi importante e efetiva no tocante às experiências realizadas no país.

Ao final do congresso, os brasileiros receberam a incumbência de organizar e realizar o VI Congresso Internacional de Extensão no Brasil, em São Paulo, em 2001. Este congresso para os participantes que representavam o Brasil foi “a marca da participação construindo o futuro da nossa nação”, palavras do Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de São Paulo, Prof. Edson José Correa, que fora eleito Presidente da Associação Latino- Americana com a incumbência de organizar o VII Congresso Americano de Extensão Universitária, em São Paulo, no

ano de 2001.

O CBEU constitui-se em outra forma de organização dos integrantes da extensão universitária, ao congregar esforços conjuntos para a construção, o aprimoramento e a unificação das políticas públicas de extensão nas universidades brasileiras, independentemente das características jurídicas e filosóficas de cada uma delas. Os congressos brasileiros de extensão universitária são organizados e realizados em diferentes regiões do país, a cada dois anos, pelos três fóruns de pró-reitores de extensão das universidades, dos três segmentos organizados na área no ensino superior brasileiro.

O primeiro congresso nacional aconteceu em 2002, em João Pessoa-PB, denominado de primeira edição pioneira; o segundo congresso aconteceu em 2004, na Universidade de Minas Gerais com o tema central “[Re] conhecendo as diferenças”; o terceiro no ano de 2006, em Florianópolis-SC, com a temática “Sustentabilidade em pauta”; o quarto em Dourados-MS, em 2009, debateu o tema: “Tecnologias sociais e inclusão: caminhos para a extensão universitária”; o quinto em Porto Alegre, em 2011 com a temática: “As fronteiras da extensão” (ANAIS, 2012, site)”.

Apreende-se dos anais dos congressos o lugar de destaque na agenda das IES e a sua consolidação com o objetivo de promover a troca de experiências, a apresentação de propostas e resultados e, sobretudo, a oportunidade de refletir criticamente sobre a extensão universitária no Brasil. Em sua programação prevalecem conferências, mesas redondas, minicursos e atividades culturais, bem como apresentações de trabalhos nas modalidades de comunicação oral, tertúlia e oficinas, permeando as oito áreas temáticas da extensão: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho.

1.3 Concepções de extensão universitária

As instâncias de discussão, reflexão e formulação de políticas de extensão na educação superior asseguram elementos significativos para apreensão dos diferentes conceitos de educação e desenvolvimento local e regional.

Sousa (2000), em seus estudos sobre a extensão universitária no Brasil reconhece que existem diferentes conceitos que foram sendo elaborados, na maioria das vezes, para dar uma satisfação sobre as atividades realizadas de maneira

isolada com a comunidade. Portanto, para a autora, o conceito de extensão é algo que vem sendo construído e reconstruído, de forma permanente, para atender às demandas apresentadas.

Para Sousa (2000, p. 7), "a extensão universitária apresenta-se como um conceito em construção permanente. A cada momento, os fatos e as práticas indicam necessidades de novos rumos e exigem avanços para uma definição consistente".

Sousa (2000) explica que a legislação brasileira regulamentou a extensão em três momentos distintos, o que consiste em outro problema histórico da extensão brasileira. O primeiro caracteriza-se com a presença dos movimentos estudantis desde o Brasil Colônia até o Estado Novo. O segundo pode ser buscado do Estado Novo até o golpe militar de 1964. O terceiro período vai do golpe militar até os dias de hoje.

Considera Sousa (2000) que, a partir da década de 1980, com a volta da União Nacional dos Estudantes (UNE), vislumbra-se a possibilidade de reiniciar uma nova participação efetiva dos estudantes no cenário nacional.

Nesse contexto, a extensão passou a ser tratada como mais uma função da Universidade:

Reafirmava-se a participação discente no processo de desenvolvimento do país, de certa forma devolvendo-lhe o desafio lançado pelos próprios discentes de se ter uma Universidade agente de transformação social. A extensão antes uma bandeira de luta do Movimento Estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada pela força da lei da Reforma do ensino, e então devolvida aos estudantes como um desafio político. No entanto, não lhes foi dada, juntamente com esta devolução, qualquer condição estrutural para se organizarem, ou participarem nas questões das Universidades (SOUSA, 2000, p. 49).

Sousa (2000, p. 50) esclarece que a presença da UNE ressurgiu na década de 1990, convocando os estudantes para as primeiras manifestações que exigem o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. O movimento, para a autora, "que poderia ser o marco de um novo período para a entidade, fica restrito a estas manifestações, e nada mais se efetiva em termos de participação estudantil, como entidade organizada".

Um novo modelo de participação dos estudantes nos projetos da universidade após 1990 foi à criação das "empresas- júnior", com o objetivo de prestar serviço ou desenvolver projetos para micro e pequenas empresas.

Para Sousa (2000, p.51), a prestação de serviços pode ser o embrião de uma nova prática extensionista para as universidades. Segundo a autora,

a primeira Empresa- Júnior surgiu na França, ainda na década de 1960. De lá propagou-se para os Estados Unidos e parte da Europa. No Brasil, foi implantada em 1988 pela Câmara de Comércio Franco-Brasileira, que trouxe a idéia para algumas Universidades de São Paulo. De acordo com Almeida (1995:4), atualmente o Brasil é o país com maior número de Empresa-Júnior instaladas, com um total de 90. Seu sucesso maior tem sido creditado à possibilidade de trabalhos de parceria entre Universidade, empresas da Sociedade.

A inclusão das empresas- Júnior como uma modalidade de atividade extensionista ainda merece estudos mais aprofundados e análises críticas.

A trajetória conceitual da extensão no Brasil denota a configuração de diferentes concepções que se entrelaçam com o conceito mais amplo de educação. O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) afirma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio obrigatório para a oferta do ensino superior brasileiro.

A LDB/1996 em seu artigo 43, incisos VI e VII, trata da extensão, inserindo-a como elemento fundamental para o estudo dos problemas do mundo presente, de maneira especial, os nacionais e regionais. É também obrigação da extensão a prestação de serviços à comunidade, por meio de uma relação dialógica. Outra função da extensão, segundo a LDB/1996, visa a participação da população na vida da universidade, objetivando a difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para Sousa (2000), a extensão deve ser um instrumento mediador do vínculo mútuo e dialético entre universidade e sociedade, e a existência de ambas não pode ocorrer isoladamente, considerando-se que a sociedade é formada pela existência e convivência de seres humanos e não deve ser postulada como algo confronto do indivíduo com a sociedade. Na verdade, as ações da extensão no meio social acontecem de maneira isolada das demais funções da universidade, sem, às vezes, considerar o contexto social em que ela está inserida.

Um momento marcante da trajetória da universidade e consequentemente da extensão, registrado pelo MEC/SESu (BRASIL, MEC/SESu, 2006), como foi apresentado, ocorreu a partir da organização e discussão das instituições de ensino superior, em segmentos organizados, com o surgimento dos fóruns de debates.

Os três fóruns de pró-reitores de extensão intensificam os debates e discussões acerca da extensão universitária, impulsionando os órgãos máximos como o MEC, Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e fundações de amparo à pesquisa a participar ativamente desses fóruns, tendo em vista as decisões das políticas nacionais de extensão. As discussões dos atores envolvidos diretamente com a extensão nas universidades e nos segmentos organizados da educação estão escrevendo uma nova concepção de universidade, embasada no tripé da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

As universidades públicas, particulares e comunitárias brasileiras, por meio da sua organização em fóruns de pró-reitores de extensão debatem a viabilização da prática da indissociabilidade no seu interior. Na compreensão dos pró-reitores os debates devem ser constantes, considerando a sua complexidade, uma vez que a de sala de aula deixa de ser somente o lócus de produção teórico-abstrata para englobar todo o espaço, dentro ou fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social, vivido por seus diferentes atores.

De acordo com o Plano Nacional de Educação-PNE (2000-2001), (BRASIL, MEC/SESu, 2012) a institucionalização da extensão consolida o papel da universidade perante a sociedade:

Sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilitam acordos e ação coletiva entre universidade e população. Por outro lado, retira da extensão o caráter de terceira função para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básicas e aplicadas, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Esses são os requisitos básicos para a institucionalização da extensão no âmbito do ensino superior brasileiro expresso pelos pró-reitores no PNE/2000-2001, site) de aprovado pelo MEC/SESu. Vale ressaltar que houve avanços em relação às políticas educacionais e nos parâmetros de avaliação adotados pelo Sistema Nacional Avaliação de Educação Superior-Sinais instituído com a Lei nº10. 861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9, VI VIII, e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996.

§1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Os avanços obtidos na legislação brasileira e nas políticas educacionais compreendem a institucionalidade da extensão como função e finalidade acadêmicas, no entanto, a análise de seus condicionantes institucionais, acadêmicos e conceituais demonstra a prevalência da relação ensino e pesquisa para a avaliação da educação superior.

Na investigação dos nexos entre educação e compromisso social com o desenvolvimento social evidenciou que, no contexto da educação superior, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel fundamental no processo de institucionalização da extensão.

No tocante às políticas educacionais, o compromisso social e o desenvolvimento regional, o MEC/SESu (2012) define em seus princípios que:

[...] a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdades e exclusão existentes no Brasil; a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.

O PNE reforça o compromisso social com o desenvolvimento de cada região e, sendo assim, como instrumento de mudança. Com base nessa premissa

considera-se a atividade pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos) um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições nas quais ela desenvolve e nas sociedades em essas instituições estiverem inseridas (BRASIL, MEC/SEU, 2000/2001).

Como se pode observar, as alterações operadas na legislação e no PNE sobre a extensão tais como, novos conceitos, princípios, objetivos, exigem das instituições uma nova forma de institucionalização, bem como de compromisso social com o desenvolvimento da região da qual elas fazem parte. Cabe observar também que a institucionalização da extensão no Ensino Superior rebete nas três instituições pesquisadas e no desenvolvimento da extensão durante a sua trajetória histórica.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 define:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008).

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e dos direitos do cidadão à educação:

I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. VII Garantia de padrão de qualidade.

A LDB Nº 9.394/96 em seu Artigo 1º estabelece que²:

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Do ponto de vista governamental, a escola não é única responsável pela formação da criança ou jovem. A educação deve acontecer de forma compartilhada

² Os parágrafos 1º e 2º do art. 1º da LDB/96 referem-se à competência da educação. Ela deve ser em primeira instância, responsabilidade da família, depois da escola e também da sociedade em todos os momentos e interações que a pessoa tem na convivência social.

pela família, escola e sociedade, por meio das organizações sociais e manifestações culturais de forma direta ou também em interação com os meios de comunicação³.

Para Brandão (2006, p. 10-11), a educação não se restringe à sala de aula, mas acontece em todos os lugares e é praticada por todos os cidadãos independentemente do espaço que esteja ocupando na sociedade. O autor alerta sobre as ideologias que estão impregnadas nos conceitos determinados pela sociedade capitalista e que são reproduzidos por todos os cidadãos nela envolvidos:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de Educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa às palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa reinventar todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar às vezes a oculto, às vezes a inculcar de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Relacionando a concepção de educação da LDB, 1996 com o conceito de educação de Brandão (2006), percebe-se que ambos têm em comum a ideia de que a educação acontece em todos os lugares e que são responsáveis por ela. Cada um, em seu espaço e competência na esfera social, aprende e ensina ao mesmo tempo. Para Brandão (2006), ninguém escapa da educação, ela acontece em todos os lugares: na família, na escola, na Igreja, na rua, na mídia, nas atividades cívicas, culturais, sindicatos, associações, dentre outros.

Para Cury (2013), a educação, tanto quanto um direito, também, é definido no ordenamento jurídico do país como dever: direito do cidadão e dever do Estado. O autor explica:

Do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal. Do dever nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivar o direito como o Estado e seus representantes, quanto da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. Se a vida em sociedade se torna impossível sem o direito, se o direito implica em um

³ De acordo com Libâneo (1998), educação escolar é a educação sistematizada, oficializada, possui regras, regulamentação e um regime disciplinar a ser cumprido. Tem como órgão regulador o Estado. A sua oferta é de competência e obrigação do Estado.

titular do mesmo, há, ao mesmo tempo, um objeto do direito que deve ser protegido inclusive por meio da lei (CURY, 2013, site).

Segundo Cury (2013), atualmente, a maioria dos países, garante aos seus cidadãos o direito ao acesso, permanência e sucesso na educação básica. Ainda considera o autor educação escolar uma dimensão fundante da cidadania modo a possibilitar que todo cidadão tenha participação nos espaços sociais e políticos e consiga sua inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.

Outra forma de pensar a educação, direciona-a para a libertação das amarras do capital, considerando que a educação sempre esteve a serviço do capital, na ordem burguesa. A esse respeito,

Mészáros ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Que educar é citando Gramsci colocar fim à separação entre *Homo faber sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias (JINKINGS apud MÉSZAROS, 2008, p. 9).

Segundo Mészáros (2008), essas ideias e princípios devem ser concretizados e praticados por todos, para tornar-se realidade sendo, assim a sua prática deve ocorrer em todos os espaços sociais.

Traduzindo essas reflexões para o objetivo da educação superior, vale ressaltar que, por meio da extensão, se pode promover uma interação entre o conhecimento produzido na universidade e o conhecimento popular, visando o processo de formação e o desenvolvimento social e regional. Cabe, no entanto, uma questão: o modelo de conhecimento reproduzido e construído na universidade é compartilhado com a sociedade por meio da extensão? O ensino superior cumpre o seu papel social no desenvolvimento humano e contribui para a transformação social e o desenvolvimento regional?

Mészáros (2008) alerta que é impossível negar a ligação forte e histórica que permeia os processos de reprodução e os processos educacionais, o que significa que, para mudar a forma de conceber e praticar a educação exige também mudanças na maneira de conceber a estrutura da sociedade a ser reproduzida por todos os cidadãos. Em outras palavras, pensar a educação e a sociedade do futuro requer, antes de tudo, definir o tipo de sociedade que se alcança. É, com base nesse tipo de sociedade, que se deve pensar a estrutura social bem como se

planeja a educação que será praticada por todos os cidadãos em qualquer espaço que ocupe na sociedade.

Compartilhar as reflexões de Mézaros (2008) requer apreender a direção que ele propõe: que é necessário repensar a estrutura da sociedade e, conseqüentemente, conceber a educação e o cidadão do futuro, uma vez que o sistema sempre esteve vinculado à educação.

Libâneo (1998) analisa três sentidos diferentes para a educação: como instituição social, educação como processo e educação como produto.

A educação como instituição social corresponde à estrutura organizacional e administrativa, às normas gerais de funcionamento interno de cada instituição, que é o caso das escolas e das diretrizes pedagógicas referentes ao sistema educacional como um todo. A educação como processo refere-se à ação educadora, às condições e modos pelos quais os sujeitos incorporam meios de se educarem. A educação como produto diz respeito aos resultados obtidos de ações educativas de sujeitos educados, como consequência de processos educativos. (LIBÂNEO, 1998).

Além dos três sentidos, Libâneo (1998) apresenta as três modalidades de educação: informal, não formal e formal. Informal é aquela que acontece de modo não intencional, paralela à educação formal, na rua, em casa e em todos os lugares. A educação não formal ocorre com baixo grau de intencionalidade, baixo grau de estruturação e sistematização, e implica, certamente, relações pedagógicas, mas não formalizadas; é a que acontece em sindicatos e associações. Formal é a educação que tem uma forma ou estrutura, seguindo normas, regras, legislações e ocorre nas instituições educacionais.

Essas concepções de educação demonstram os nexos e complexidade de seu desenvolvimento como direito social e/ou como estratégia na reprodução do sistema a serviço do capital.

1.4 A institucionalização da extensão universitária após-aprovação da LDB/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96, em atendimento ao que prescreve o artigo 207 da Constituição Brasileira, define que” a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que

articula o ensino, a pesquisa e extensão de forma indissociável”, promovendo uma relação transformadora.

As universidades, conforme determina a LDB 1996, têm por obrigação promover o ensino por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão os Centros Universitários têm como premissa básica a oferta de ensino e extensão de excelência, e as demais instituições, faculdades integradas e isoladas têm por obrigação a oferta de ensino de qualidade e, quando couber, devem promover a extensão.

Vale ressaltar que a avaliação do ensino superior brasileiro não leva em consideração essa diferença, uma vez que é aplicada uma única avaliação para todo o ensino superior brasileiro, independentemente da sua categoria institucional, de acordo com as normas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério de Educação e Cultura (INEP) MEC.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, à extensão universitária é dada nova concepção. Distinta de uma proposta assistencialista assume uma função de questionamento, problematização e confronto:

de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo. A institucionalização passava a ser pesquisada, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política (BRASIL, MEC/SESu, 2000/2001).

Esses pressupostos contribuíram para a nova concepção de extensão (GERMANO, 2005), considerando que antes da aprovação da LDB/96 (BRASIL, 1996), ainda persistiam no interior das universidades os resquícios de um sistema antidemocrático, herdado pela longa ditadura militar, vivida durante 21 anos no Brasil, no período de 1964 a 1985.

A conquista da democracia nos anos de 1980 e a promulgação da Constituição Federal, exigiram mudanças na legislação educacional brasileira, que devolveu ao país e às universidades o direito de repensar suas ações.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores,

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição Brasileira e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, evidenciada no 1º Encontro de Pró-Reitores de Extensão (BRASIL, MEC/SESu, 2000/2001).

A organização das Universidades Públicas em torno da Extensão deu-lhes a possibilidade de repensá-la. Anteriormente a extensão associada em ações assistencialistas, criadas pelo poder público na época da ditadura para assumir o controle de ações transformadoras então existentes, com participação efetiva dos estudantes, professores e a Igreja Católica (BRASIL, MEC/SESu, 2000/2001).

A partir da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes Base da Educação nº 9394/96 o conceito de extensão universitária pressupõe a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, a interação entre conhecimentos construídos no interior das universidades, levando-os à comunidade com o objetivo de confrontá-los com a realidade. Da mesma forma, há o reconhecimento de que os conhecimentos confrontados com a realidade voltam à universidade com o intuito de serem reconstruídos ou legitimados, conforme os princípios defendidos pela instituição desde que se demonstrem relevantes para a comunidade acadêmica e contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Nessa perspectiva conceitual, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. Com esse novo conceito, afirma-se o compromisso social que a universidade deve assumir com a comunidade na qual está inserida. A universidade tem a função básica de produtora e socializadora do conhecimento científico e, se necessário, deve propor acordos visando a intervenção na realidade, em busca de ações coletivas que beneficiam a universidade e a população.

Para Botomé (1996, p. 25),

constituir uma instituição é organizar pessoas em torno de um esforço coletivo de interesse do conjunto da sociedade. E isso é um contrato social firmado entre os que constituem a instituição e aqueles que a criam, aceitam ou mantêm em função do que é necessário e importante ser realizado pela instituição para o todo onde ela esta inserida. As atividades básicas, atividades-fim, atividade meio ou de apoio que uma instituição realiza através das ações dos componentes de seus órgãos constituintes, em uma estrutura organizacional, são passíveis de definição à luz do que define a instituição onde estão localizados.

Nesse sentido, Botomé (1996) explica que a extensão universitária antes de ser extensão, é universidade. Considerando essa perspectiva, ela deve, antes de ser pensada, ter como base a concepção e a identidade da instituição, o que subentende que as ações da extensão só cumprem o seu papel de contribuir para o desenvolvimento local e regional, se houver um bom planejamento institucional e de uma identidade bem estabelecida pela universidade.

Botomé (1996) entende que a identidade da instituição universitária é o suporte para o exame do que constitui a extensão que a instituição pretende estabelecer para a sociedade.

Síveres (2006, p.172) afirma que:

O primeiro registro legal sobre a Extensão no Brasil encontra-se no Estatuto da Universidade Brasileira, proclamado em 1931. Nele, a extensão foi considerada uma ação da classe dirigente para implementar as finalidades da Universidade, principalmente, naquilo que dizia respeito ao progresso da ciência e da transmissão do conhecimento. Essa ação recebeu uma forte influência europeia por meio da elevação cultural da população, e da norte-americana por intermédio da prestação de serviços à comunidade.

Para o autor, a partir dessa declaração oficial, a extensão foi considerada uma ação supletiva, cuja finalidade era direcionar a burguesia urbana para o acesso aos resultados do ensino superior. Apesar de ter sido declarada uma função para beneficiar o progresso da ciência e da tecnologia na universidade, ela continuou suas ações voltadas para a prestação de serviços à comunidade. A alteração dessa concepção ocorreu com a proclamação do Manifesto dos Pioneiros da Educação, considerando-se naquele momento a extensão como uma intervenção na organização da sociedade brasileira passando então, para um projeto de participação social (SÍVERES, 2006).

Para Síveres (2006), depois do Estatuto da Universidade Brasileira promulgada em 1931 e do Manifesto dos Pioneiros da Educação, houve o desencadeamento de um movimento em prol de um processo extensionista mais sistematizado. Esse movimento foi desenvolvido por diferentes atores participantes do processo nas instituições de ensino superior: alunos, professores, instituições de ensino, bem como o próprio Estado. As ideias defendidas esses segmentos são comentadas por Síveres (2006, p.173):

As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Apesar dessas três funções estarem presentes nas instituições de educação superior e serem contempladas na lei, as mesmas se ressentem de um significado mais acadêmico. A desorientação dessas funções provocou em parte, uma fragmentação entre o ensino, pesquisa e extensão, uma dicotomia entre o saber teórico e prático, uma disfunção entre a ciência como processo educativo e a técnica como produto do mercado, uma distorção entre a Universidade como instituição do conhecimento e organismo prestador de serviços.

Na compreensão do autor a universidade deve primar, tanto pelos conhecimentos científicos e tecnológicos quanto pela função social, fazendo de ambas a sua política institucional.

No Plano Nacional de Extensão (BRASIL, MEC/SESu, 2000/2001) a função da universidade é dimensionada como uma filosofia,

ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma Universidade voltada para os problemas sociais com objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básicas e aplicadas, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta .

Cabe frisar que, ao conceber a extensão como parte indispensável do pensar e do fazer universitários, a comunidade acadêmica defende a institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo quanto do acadêmico. Deve ser redimensionada em razão e suas funções serem indissociáveis.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão coloca-se como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade (BRASIL, MEC/SESu,2012).

Cabe observar que diferentes documentos e estudos valorizam os avanços significativos no que se refere aos conceitos e à redefinição das políticas de extensão no interior das instituições de ensino superior, considerando a crítica ao caráter de extensão como terceira função na instituição e a afirmação de que é integrante do processo ensino aprendizagem e deve ser realizada concomitantemente com o ensino e a pesquisa, e de forma indissociável.

Para Sousa (2000), a operacionalização da extensão na LDB/96, ocorre

de forma tímida:

A operacionalização da Extensão, que deveria ocorrer na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aparece de forma tímida e pouco elucidativa, no Artigo 49, parágrafo terceiro, que coloca a Extensão como instrumento de difusão, para a população, das conquistas e dos benefícios produzidos dentro da Universidade, e também como um dos requisitos mínimos para o credenciamento de Universidades, no Artigo 57 da referida lei (p. 17).

Segundo Sousa (2000) a trajetória histórica da universidade, e a extensão como uma de suas partes funcionais e a sua legitimação em diferentes documentos e momentos da história, permite entender os condicionantes da construção conceitual e teórica sobre o assunto.

No próximo capítulo apresenta-se um estudo sobre a história das três instituições pesquisadas UFG, PUC Goiás e FAMA, e nessa trajetória inclui-se a inserção da extensão no contexto geral de cada uma.

CAPÍTULO II

HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PESQUISADAS

As análises evidenciaram a necessidade de deter-se nos aspectos históricos característicos na criação, consolidação e nas especificidades de cada uma das instituições pesquisadas, tendo em vista o aprofundamento analítico dos condicionantes que perpassam a consolidação, a organização, a institucionalização e a implementação da extensão em cada contexto educacional. O presente capítulo, portanto trata das três instituições pesquisadas: UFG, PUC Goiás e FAMA.

2.1 Universidade Federal de Goiás (UFG)

A criação da Universidade Federal de Goiás, no dia 14 de dezembro de 1960, por meio da Lei Nº 3.834-C resulta da união de escolas superiores existentes em Goiânia: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina.

Miziara e Cavalcante (2010,p.91) analisam o momento em que se tornou realidade o sonho da sociedade goiana que, desde 1948 aprovou na Assembleia Legislativa Estadual por unanimidade, a criação da Universidade do Brasil Central. A efetivação desse sonho envolveu uma luta intensa em especial dos estudantes goianos com:

A criação em 1959, da Frente Universitária Pró- Ensino Federal. Além disso, o envolvimento de parcelas significativas dos docentes das faculdades acima referidas permitiu que esse projeto ganhasse fôlego, com o professor Colemar e Silva assumindo papel de grande destaque.

Apreende-se no registro dos autores, que só foi possível a criação da UFG com uma articulação entre estudantes, professores e parlamentares bem como da sociedade civil organizada.

O modelo brasileiro de universidade vigente na época, e que deu origem à criação, em 1898, da Academia de Direito de Goiás, era contestado pelos idealizadores da UFG, que queriam para Goiás um novo projeto de educação superior, diverso da Academia de Direito, que disciplinava a atividade docente no

regime de cátedra. Em relação a esse regime o Reitor da UFG Colemar Natal e Silva explica:

Tenho sempre proclamado, de público e em várias oportunidades, que um dos graves males do sistema universitário atual está na vitaliciedade de cátedra nos moldes em que ela se constitui, de vez que, ressalvadas honrosas exceções, enseja ao professor, após a conquistas do título, a se acomodar com o que sabe, repetindo, por longos anos, as mesmas aulas, sem a preocupação de ampliar e renovar os conhecimentos, atualizando-os a causa do desenvolvimento nacional (MIZIARA; CAVALCANTE, 2010, p. 92).

Diante dos ideais de criar em Goiás um novo modelo de universidade, os idealizadores da UFG defendiam um projeto de universidade integrada e comprometida com a prestação de assistência social à comunidade, além de propiciar maior liberdade e de provocar o entrosamento entre os alunos e professores, por meio da distribuição de disciplinas nos diversos cursos. No entanto,

a fato de ter sido criada a partir de cinco faculdades isoladas impunha como desafio a criação de uma verdadeira Universidade que atuasse de forma integrada e orgânica. Para tanto era solicitado que cada professor proferisse quatro conferências anuais em unidades que não a de sua lotação (MIZIARA; CAVALCANTE, 2010, p. 93).

A iniciativa de mudar a proposta de universidade catedrática vigente em todo o país recaiu sobre a criação dos institutos. O primeiro instituto foi criado em 1963, o de Matemática e Física, com base no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), uma medida que, de acordo com os autores, foi um dos fatores que impulsionou a reforma universitária de 1968.

Outra forte referência para o modelo da UFG foi adotado a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1962, que, na época, tinha um projeto de universidade considerado inovador. O seu modelo era uma estrutura unificada de universidade, com institutos centrais responsáveis pela formação básica e pesquisa fundamental e faculdades integradas voltadas para a formação profissional, com órgãos suplementares e departamentos. Na opinião de Miziara e Calvalcante (2010), contrapunha-se à instituição da cátedra, que era veementemente o modelo contestado pelo professor Colemar Natal e Silva, o fundador e primeiro reitor da UFG.

Esse modelo, bem como as discussões acadêmicas existentes no interior

da academia na época, influenciou diretamente a reforma universitária de 1968 (BRASIL, 1968) elaborada e aprovada pelo governo militar, segundo os autores.

Em termos históricos conceituais, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG (2011) (b) o período de 1960 e 1970 compreendeu uma fase em que a UFG concentrou seus esforços em busca de uma consolidação interna, oferecendo cursos de graduação, sem clara prioridade, nesse período para a extensão na Instituição.

Em relação à indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão constam os seguintes esclarecimentos em seu PDI:

Reconhecendo a importância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, e extensão e as dificuldades existentes para sua execução, a Universidade tem buscado, mediante seus planos, implantar uma efetiva articulação entre os três níveis (UFG 2011, b, p.16).

As mudanças significativas para solucionar os problemas detectados na trajetória acadêmica e administrativa, oriunda da reforma universitária de 1968, foram realizadas em 1984, com o retorno do regime seriado com matrículas anuais e com bloco fixo de disciplinas. E, registra, após um período intensivo de discussões entre alunos, funcionários e professores, efetivou-se a elaboração de um novo estatuto em 1997(UFG, 2011, b).

No ano de 2002, a UFG instituiu um novo regime acadêmico, para restabelecer o sistema de matrícula por disciplina, com a introdução das chamadas disciplinas de livre escolha do estudante, objetivando oferecer consistência nos seus estudos e proporcionar uma formação mais abrangente.

Até 1996, o estatuto da UFG conforme assinala PDI, 2011-2015, (UFG, 2011, b), continha elementos presentes na reforma universitária de 1968, que não se adequaram às mudanças ocorridas em 28 anos, nos quais havia vários problemas:

- 1) expressiva quantidade de professores com a parte administrativa que exigia um considerável número de horas de trabalho;
- 2) fragmentação do poder administrativo que podia ser exercido tanto pela diretoria quanto pelo Colegiado de Curso e pelas Coordenações dos Programas de Pós-Graduação, estrutura que estimulava o corporativismo departamental;
- 3) necessidade de definir com precisão as atribuições de cada conselho superior da universidade, para evitar interpretações genéricas e constantes conflitos internos;
- 4) carência de mecanismos adequados de interação entre a UFG e a sociedade;
- 5) descompasso entre a rigidez estrutural e a constante evolução do conhecimento e das exigências da sociedade;
- 6) dificuldades em estabelecer a cooperação interdisciplinar entre diferentes

órgãos; 7) ausência de um processo de planejamento e da avaliação institucional de caráter sistemático e continuado (UFG, 2011,b, p.16).

No PDI da UFG (UFG, 2011, b), avalia-se que esses problemas impulsionaram a Universidade Federal de Goiás a programar as mudanças necessárias para a sua realidade no ano de 1996, comportava a nova estrutura da UFG que cresceu e inovou.

A proposta de expansão do ensino superior brasileiro do governo federal, no período de 2006 a 2010, permitiu a implantação de dois novos do ensino superior, sinaliza o PDI (UFG, 2011, b). Nesse período, foram introduzidas novas mudanças na estrutura da universidade. A primeira iniciada em 2006 modificou a organização física e acadêmica dos campi de Catalão e Jataí. Em 2008 teve a segunda, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) propunha:

(1) ampliação dos cursos de graduação do Campus de Catalão de 8 cursos em 2005 para 21 cursos em 2012; do Campus de Jataí de 11 cursos em 2005 para 24 cursos em 2012; (2) pela implantação do Campus da Cidade de Goiás com quatro cursos em 2005 de graduação ate 2012; exigira reformulações estatutárias e regimentais importantes, pois dessa forma, a UFG, converte-se em uma universidade multicampus; (3) pelo desmembramento da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF) do Campus Samambaia em Goiânia, em três novas Unidades acadêmicas- Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Faculdade de História (FH) e Faculdade de Filosofia (FAFIL); (4) pela criação da Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis (FACE) (2011, b, p.19).

Segundo os registros do PDI, 2011-2015 (UFG, 2011, b), as mudanças na organização e estrutura da UFG, desde a sua criação, foram muitas em decorrência do seu crescimento, desenvolvimento bem como da sua expansão, atendendo também às legislações e mudanças decorrentes do modelo econômico vigente depois de sua criação.

Miziara e Cavalcante (UFG, 2010, b) afirmam que, apesar dos seus idealizadores terem pensado a criação de uma universidade inovadora para a época, buscando maior integração entre suas distintas partes,

As instituições apresentam dinâmicas que apontam em direções opostas: algumas forças levam a uma autonomia de suas partes, privilegiando suas especificidades, enquanto outras reforçam a integração. No caso da UFG percebe-se a necessidade de um resgate do seu projeto original e a implementação de esforços que promovam a integração de suas unidades (MIZIARA; CAVALCANTE, 2010, p. 96).

De acordo com o Reitor atual Edward Madureira Brasil, em entrevista UFG (2010) (b), na época da comemoração dos 50 anos da UFG,

o REUNI foi um marco para a UFG. É como se existisse uma universidade antes do programa e outra depois. Essa instituição que chegou com o REUNI tem um financiamento de infraestrutura grande e, como nosso orçamento cresceu, estamos tentando desenvolver, e recuperar, a UFG que existia antes do programa. Ainda não conseguimos chegar a plenitude dessa recuperação, mas avançamos. Varias salas de aulas e auditórios já foram reestruturados. Creio que, se o financiamento for mantido, conseguiremos chegar até o fim do segundo mandato, com as instalações plenamente restauradas (p. 193).

A entrevista do reitor evidencia que o Reuni possibilitou à Universidade Federal de Goiás a realização de reformas, ampliações, modernização, expansão de cursos e unidades e também de estrutura pedagógica.

Outras mudanças significativas ocorridas na UFG dizem respeito ao seu crescimento em termos de unidades e cursos ofertados. Na UFG segundo o informativo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PRPPG), UFG em 2010, havia 2.983 alunos matriculados nos seguintes programas:

... 2.164 de mestrado e 823 de doutorado, tendo sido titulados 453 alunos, sendo 376 de mestrado e 77 de doutorado. Na Pós-Graduação *lato sensu* foram oferecidos em 2010, 53 cursos de especialização, totalizando 5,091 alunos matriculados, sendo que desses, 883 concluíram o curso naquele ano (UFG, 2010, c).

A revista UFG Afirmativa (2010) (a) apresenta uma linha de tempo mostrando as ações mais importantes dos últimos anos de existência da UFG. Em 1993, foi criado o primeiro doutorado da UFG, em Agronomia, e construído o Centro de Convivência no Campus Samambaia.

Em 1995, a reestruturação da UFG previa a criação ou o desdobramento de novos institutos e faculdades. Foram criados: Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Informática, Instituto de Física, Faculdades de Ciências Humanas e Filosofia, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Faculdade de Letras, Escola de Música e Artes Cênicas, Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Química e Instituto de Estudos Sócio Ambientais.

O marco da extensão foi registrado no ano de 1996, com a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Em 1997, a universidade foi contemplada com a implantação da rede UFGnet no Campus Samambaia, atualmente administrada pelo

Centro de Recursos Computacionais (Cercamp).

O ano de 2003 foi marcado pelas mudanças no regime de funcionamento dos cursos de graduação, passando de seriado anual para seriado semestral. Em 2005, registrou-se a transformação do Campus da UFG de Jataí, denominado de Campus de Jataí, bem como de Catalão, denominado Campus de Catalão. Nesse mesmo ano a UFG abriu também o seu primeiro curso a distância, o curso de Ciências Biológicas.

O ensino e a extensão na gestão de 1990-1993 foram orientados pela integração vertical com a educação básica, como a Pró- Reitora de Graduação daquele período:

A política de graduação e extensão da Gestão 1990-1993, reitoria do professor Ricardo Freud Bufáical, teve como preocupação a consolidação ou a continuidade do processo iniciado na gestão anterior de reestruturação dos cursos de graduação, organização do sistema de controle acadêmico, política de preenchimento de vagas ociosas e ampliação dos cursos noturnos, avaliação dos cursos de graduação, fortalecimento das licenciaturas e desenvolvimento de uma política de Extensão integrada aos cursos de graduação. A política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura hoje são coordenadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa Extensão e Cultura (CEPEC) (UFG, 2010, a, p. 12).

Outra inovação importante foi à aproximação dos cursos de licenciaturas com a educação básica, privilegiando o Colégio de Aplicação como espaço de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas a essas inovações, foram também realizadas outras propostas de pós-graduação e pesquisa. De acordo com o professor Lázaro José Chaves,

em 1990 foi implantado o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq) e outras universidades da região. Esse programa, que funciona de forma ininterruptamente até o presente momento é um grande incentivo para que, um número maior de alunos de graduação pleiteasse participação em projetos de pesquisa e de ampliação da demanda para os programas de pós-graduação *stricto-sensu* (UFG, 2010, a, p.13).

A criação dos programas, conforme o professor Chaves (2010) incentiva o ingresso de graduados em cursos de mestrados e doutorados sem interrupção dos estudos, o que em raro, antes da existência de tais programas que financiam o estudo de alunos por meio de bolsas de estudo.

Na gestão da Professora Milka Severino, reitora da UFG entre 1998 e 2005, de acordo com a UFG (2010, a), houve também um crescimento da UFG. A revista UFG (2011, a) revela a ampliação da oferta de cursos na UFG no ano de 2011 no campus de Goiânia e nos três campi do interior localizados em Catalão, Jataí e cidade de Goiás, incluindo cursos a distância:

A Universidade Federal de Goiás oferece cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. São 144 cursos com duração entre 4 e 6 anos (UFG, 2011, a, p. 30).

Dos 144 cursos citados na revista UFG Afirmativa (2011) (a) e ofertados pela instituição, 86 funcionam em Goiânia, 13 deles são ofertados também no turno noturno, 21 são oferecidos no campus de Catalão, no Campus de Jataí 22 e, no Campus de Goiás, 3. Os demais são ofertados por meio do ensino à distância.

A UFG em Números (UFG, 2011, c), informa os alunos matriculados nos cursos de graduação presencial e a distância da UFG, no segundo semestre de 2011 nos campi de Goiânia e interior. Nas unidades de Goiânia, foram matriculados 13.825, de Jataí, 2.716, de Catalão, 2.809 alunos, na cidade de Goiás, 558 alunos e no ensino a distância, 1.849 alunos.

No ano de 2011, conforme informações da revista UFG Afirmativa (2011, a), a universidade contava com 27 escolas e faculdades em Goiânia, cada uma delas com um ou vários cursos e mais os três campi do interior do estado de Goiás: Jataí, Catalão e Goiás.

O número de professores ampliou-se em virtude do crescimento de demanda na graduação e pós-graduação. A pós-graduação, segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), teve um crescimento significativo nos últimos anos:

A Pós-Graduação *stricto sensu* teve início na Universidade Federal de Goiás em 1972 com os cursos em mestrado em História e em Letra e Linguística. Atualmente, a UFG conta com 48 Programas de Pós Graduação *stricto sensu*, envolvendo o oferecimento de 64 cursos, sendo 41 Mestrados Acadêmicos, 3 Mestrados Profissionais e 20 Doutorados. Em 2010, contou-se com 2.983 alunos matriculados nos diferentes Programas de doutorado. Na Pós-Graduação *lato sensu* foram oferecidos em 2010, 53 cursos de especialização, totalizando 5.091 matriculados, sendo que desses, 883 concluíram o curso naquele ano (UFG, 2010, c).

O Primeiro Congresso de Pesquisa e Extensão da UFG (Compeex) foi realizado em 2004, com um variado número de pequenos outros eventos realizados por iniciativa dos professores. Nesse período, havia uma política de interiorização com a melhoria e ampliação de cursos e vagas nos campi de Catalão e Jataí.

Os dados históricos da UFG demonstram, no seu percurso institucional as mudanças de metodologias inovadoras, a ênfases ao acompanhamento dos estudantes e da avaliação da qualidade da formação. Nesse sentido, ocorreu a ampliação de sua capacidade de produção de conhecimento atenta às demandas sociais e aos investimentos públicos.

2.2 Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

O histórico que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC Goiás (2012) (a) registra a criação da primeira universidade no Centro-Oeste brasileiro, a Universidade Católica de Goiás, com o projeto lançado pelo clero da Igreja Católica, desde 1948. Em 17 de outubro de 1959, por meio do Decreto Presidencial Nº 47.041, criou-se a Universidade de Goiás, (UG), transformada em Universidade Católica de Goiás (UCG) em 19 de julho de 1971, pelo Decreto Presidencial Nº 68.917.

A UCG consolidou suas características como instituição católica e comunitária de ensino superior no estado de Goiás, e foi reconhecida pela Santa Sé como Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no ano de 2009. Em 24 de dezembro de 2009, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil publicou no Diário Oficial da União Nº 246, a Portaria Nº 1. 747, de 23 de dezembro de 2009, com o reconhecimento oficial da PUC Goiás.

Em distintos momentos históricos de funcionamento da PUC Goiás foram realizados várias atividades em diferentes contextos, social, econômico, político, educacional, cultural, religioso, dentre outros, conferindo a identificação da sua trajetória educacional e sua relevância no contexto de desenvolvimento do Estado e da nação. A sua natureza confessional leva a investigação do seu passado ao requerer a necessidade de situá-la na história da Igreja Católica e da expansão da educação superior no Brasil.

Em seu PDI (2012) (a), estão registrados os objetivos da criação de uma universidade no Centro-Oeste:

Com o advento da República, a Igreja Católica tomou consciência da necessidade de criar, no País, universidades ou faculdades católicas. Antes mesmo de vir à luz o Estatuto das Universidades Brasileiras, a Igreja Católica empenhou-se na criação de instituições de ensino superior, adotando a estratégia de fundar faculdades, preferencialmente de Filosofia, Letras e Ciências Jurídicas. Após 1930, surgiram os Institutos Católicos de Ensino Superior e, no Rio de Janeiro, nasceu a primeira Universidade Católica. No bojo desse processo, D. Emmanuel Gomes de Oliveira lançou, durante o primeiro Congresso Eucarístico realizado em Goiânia, em 1948, o projeto de criação, em Goiás, de uma universidade Católica. No mesmo ano, instituiu-se a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, com a responsabilidade de dirigir os estabelecimentos de ensino médio e fundamental da Mitra Diocesana, de instalar e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Fundar a Universidade do Brasil Central (PUC GOIÁS, PDI, 2012, a, p. 13).

Cordeiro (2010) afirma que a UCG, atual PUC Goiás não surgiu de forma isolada. A sua existência deve-se a uma série de fatores ocorridos durante a caminhada da Igreja Católica pelas idades média, moderna e contemporânea e, ainda, tem traços advindos do que ocorreu na sociedade ocidental, por meio das grandes revoluções: a francesa, norte-americana, a Russa e a revolução do conhecimento. Segundo Cordeiro (2010), no Brasil é marcado pelo início tardio do ensino superior, o que só ocorreu em razão do processo de desenvolvimento do Centro-Oeste, com a criação da nova capital.

Investigar a história da PUC Goiás implica, para Cordeiro (2010), relacionar alguns fatos importantes que antecederam a sua criação e contribuíram sobremaneira para a sua atual existência. Esses fatos ocorreram no período de 1920 a 1959, ano de nascimento da PUC Goiás:

1) 1920 criação da Universidade do Rio de Janeiro hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2) 1930, Criação da Universidade de São Paulo (USP), 3) 1934, Criação do Ministério da Educação e Saúde, desmembrado da do Ministério da Saúde em 1961, 4) 1945, Duas bombas atômicas arrasaram Hiroshima matando milhares de pessoas, 5) 1946, Encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de Lei da LDB promulgado em 1961. 6) 1946-1955 Criação das primeiras Universidades Católicas no Brasil: PUC do Rio, PUC de São Paulo, Universidade Católica de Pernambuco e Universidade Católica de Campinas. 7) 1947 A Índia, liderada por Mahatma Gandhi (1869-1948), conquistou a independência da Inglaterra. 8) 1952 Criação da CNBB liderada por Dom Helder Câmara, coadjuvado por Dom Fernando Gomes dos Santos. 9) 1955 Morre Dom Emanuel, bispo da Diocese de Goiás, que abrangia também a área de Goiânia. 10) 1956-1961 Governo de Juscelino Kubistchek: construção e inauguração de Brasília. 11) 1957 Instalada a Arquidiocese de Goiânia, que abrangia também a área de Brasília, e posse do seu primeiro arcebispo, Dom Fernando Gomes dos Santos. 12) 1959 Criação da Universidade de Goiás (RONAN, 2001, V. 3. Revista Veja 1997-1998; BORGES, 2008, apud CORDEIRO, 2010, p. 54).

Segundo Cordeiro (2010), o projeto de criação da Universidade de Goiás foi estruturado em parceria com o governo de Goiás, mas não chegou a se concretizar, pois o governo alegou falta de recursos. Diante do ocorrido, a Igreja assumiu o projeto, contando com o apoio da hierarquia eclesiástica, que optou por se inserir no ensino superior nacional.

O projeto de universidade e o ensino superior brasileiro, de acordo com Cordeiro (2010),

não nasceu por meio das Universidades, mas das Faculdades, sendo assim a Universidade Católica de Goiás, constituiu-se a partir da reunião de Faculdades Isoladas. Cada Faculdade, mesmo depois da criação da universidade, tinha a sua autonomia, embora sob a direção centralizada da reitoria (p. 59).

Conforme o PDI da PUC Goiás (2012) (a) então a universidade de Goiás nasceu, como muitas instituições brasileiras, da incorporação ou agrupamento de faculdades e escolas isoladas. As faculdades Isoladas que deram origem ao seu nascimento foram as do núcleo básico, composto pela:

Escola de Enfermagem de São Vicente de Paula (fundada em 1949), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1948), a Faculdade de Ciências Econômicas (1951), a Escola Goiana de Belas Artes (1952), e a Faculdade de Serviço Social (1957). Em 1959 foi criada a Faculdade de Direito e, em 1968, vinculada à escola de Artes, a de Arquitetura (PUC GOIÁS, PDI, 2012, a, p. 14).

Os estudos de Cordeiro (2010) sobre a PUC Goiás registram como ela se organizou no período de 1944 a 1959, período que antecede o nascimento da universidade. A sua estrutura organizacional era composta em dois grupos dominados por unidades. No primeiro grupo, havia quatro unidades incorporadas e cada uma delas ofertava vários cursos. O segundo grupo denominado unidades agregadas, era composto por duas unidades e cada uma delas oferecia um curso, conforme explica Cordeiro (2010):

(1^o) Unidades incorporadas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1948 e reconhecida em 1952, com os cursos de, geografia, História, matemática, Física, Letras Vernáculas, Letras modernas e Pedagogia. Faculdade de Ciências Econômicas criada em 1951 reconhecida em 1955 com os cursos: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração de Empresas. Faculdade Goiana de Belas Artes, criada em 1952 reconhecida em 1959 com os cursos de Pintura, Escultura e professorado de Desenho. Faculdade Goiana de Direito criada em 1954 e

reconhecida em 1959 com o curso de Direito. (2^o) Unidades Agregadas Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula criada em 1944 e reconhecida em 1955, com o curso de Enfermagem. Faculdade de Serviço Social criada em 1957 e reconhecida em 1959 com o curso de Serviço Social (p. 60).

Foi nomeado como primeiro Reitor da Universidade o Padre Paulo de Tarso Nacca S. J., para o período de 1959 a 1962. Esse reitorado concentrou seus esforços na preparação da Universidade, sua regulamentação e organização, e de acordo com Cordeiro (2010), foram anos difíceis. Em 1960, eclodiram os movimentos estudantis, em 1962, as greves dos estudantes em busca de maior participação nos colegiados.

Dados de Cordeiro (2010) sobre 1960 desatacam a criação do Instituto de Pesquisa Econômico-Sociais (Ipes), como uma instituição complementar da Universidade de Goiás, com o propósito de desenvolver pesquisas, esclarecer os problemas econômico, sociais nos âmbitos estadual e nacional, com o intuito de contribuir para a solução desses problemas. Em 1961, a instituição recebeu a doação da Chácara São José, do cônego José Trindade, atualmente o Campus II da PUC Goiás. No setor Universitário estavam instaladas a Escola de Belas Artes, atualmente Arquitetura, o Ginásio de Esportes e a antiga residência dos jesuítas, onde funciona o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA).

Os registros no PDI da PUC Goiás (2012)(a) assinalam que nos anos 1960, após o golpe militar, houve o favorecimento de financiamentos do governo federal para a educação superior, o que possibilitou a sua organização. O período de 1960 a 1971 foi dedicado à sua organização e à consolidação interna, tanto jurídica quanto patrimonial. Nos finais da década de 1970 e década de 1980, houve interesse do regime militar em organizar o ensino superior brasileiro, injetando recursos financeiros em instituições privadas possibilitando, assim, a sua expansão física e a realização de reforma administrativa, com intuito de atender à solicitação de uma demanda cada vez mais crescente pelo acesso ao ensino superior naquele momento:

O crescimento da demanda pela educação superior exigiu a organização institucional dos recursos humanos, financeiros e administrativos e, ao mesmo tempo, a expansão do espaço físico. No processo da Reforma Universitária implantada pela lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade de Goiás, dirigida pelos padres jesuítas, realizou significativas adequações para redimensionar a sua estrutura administrativo-acadêmica,

conforme as diretrizes postas em vigência pela legislação. Foi nesse contexto que, por meio do Decreto Presidencial Nº 68.917, de 19 de julho de 1971 (Brasil, 1971), a Universidade de Goiás transformou-se em Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS, PDI, 2012. p. 14).

Após a mudança, registra o PDI PUC Goiás (2012) (a), na sua estrutura administrativa e jurídica, a instituição firmou-se como uma universidade católica em Goiás e, em resposta a uma série de exigências da reforma universitária, então UCG reestruturou sua forma de gestão, optando pela centralização da administração acadêmica patrimonial e financeira, criando a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VA) e a Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos (VAD).

Foram criados, também, os departamentos coordenados pelo Centro Técnico-Científico e pelo Centro de Ciências Humanas. Várias outras mudanças foram implementadas, tais como: a implantação do vestibular único e classificatório, adoção do regime de créditos, matrícula por disciplina, criação do Conselho de Ensino e Pesquisa e de conselhos departamentais, efetivação do quadro docente e regulamentação da participação estudantil.

Aponta o PDI da PUC Goiás (2012,a, p. 15) que, “na década de 1970 e início dos anos 1980, ocorreu um crescimento considerável de candidatos ao ensino superior”, que superou a média nacional em 150%. Na então UCG, a demanda ultrapassou esse percentual e ficaram na ordem de 269%, percentual bem acima das demais instituições de ensino superior brasileiras.

Outra medida adotada pela maioria das universidades católicas nesse período, segundo o PDI da PUC Goiás, (2012) (a) diz respeito à abertura para um projeto acadêmico que passou a ser marcado pela participação democrática em todos os segmentos. Considerando a emergência de novos movimentos sociais, popular e sindical e as lutas pelo fim da ditadura militar, registra-se, no ano de 1978, a criação da Associação dos Professores da Católica (Apuc) e em 1979 a criação da Associação dos Servidores da Católica (ASC).

A PUC Goiás, naquela época, em sintonia com o processo de transição democrática do país, decidiu-se por uma série de mudanças no seu projeto de educação superior:

Sintonizada com o projeto político da transição democrática do País e articulada com os setores mais críticos e progressistas da Igreja, a UCG construiu uma nova proposta de universidade, reorientando seu projeto acadêmico a partir de um conjunto de princípios reunidos em um documento

intitulado, As Grandes Linhas e os Critérios Operacionais da UCG. Os princípios e fundamentos nos documentos pontifícios do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), serviram como referencial para a definição dos eixos constitutivos da identidade da Universidade (PUC GOIÁS, PDI, 2012, p. 15).

Em linhas gerais, observa-se que a atual PUC Goiás, tem seus princípios e fundamentos embasados nos princípios definidos e orientados pelas decisões deliberadas pela Igreja Católica, cujos documentos provocaram, no interior da universidade, um debate intenso com o intuito de definir realmente o papel da universidade na sociedade. Os registros analisados evidenciam que os documentos da Igreja serviram de suporte para que a instituição se configurasse como uma universidade comunitária e participativa. Em 1982, foi criada a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (VAE) e a Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (VPG), estrutura que confirma a sua inserção social e o processo de participação democrática no interior da universidade.

A nova estrutura, de maneira articulada, possibilitou a consolidação do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão, conforme demonstra o seu PDI:

As novas vice-reitorias, associadas e articuladas com a VA, compuseram e consolidaram a tríplex dimensão de ensino, pesquisa e extensão, sobre a qual se assenta a universidade brasileira atual. O que a UCG já vinha realizando a respeito dessas dimensões foi institucionalizado e adquiriu mais vigor em sua realização (PUC GOIÁS, 2012, a, p. 15).

Os registros históricos demonstram que, desde a sua criação, a PUC Goiás preocupou-se com o cumprimento da sua missão institucional, a de desenvolver o conhecimento, de forma articulada, vinculado aos problemas socioeconômicos do estado e do país. Prova disso foi a criação da vice-reitoria, bem como do Centro Técnico-Científico e Centro de Ciências Humanas e dos conselhos participativos, permitindo a representação estudantil nesses colegiados. Verifica-se que a universidade propôs repensar suas ações e redefinir o seu papel acadêmico e social nesses contextos de maneira participativa, contribuindo para o desenvolvimento do estado e da nação.

Os documentos da PUC Goiás apontam que a segunda metade dos anos de 1980 foi marcada por uma grave crise financeira que afetou sobremaneira as universidades brasileiras, e ela não foi exceção. O aprofundamento da crise, associado à dinâmica da instituição, bem como às mudanças nos financiamentos

das universidades particulares e comunitárias, são fatores relacionados à crise do modelo educacional vigente desde a reforma universitária de 1968.

As mudanças realizadas ocorreram, de um lado, respeitando e priorizando a sua filosofia cristã, e de outro, atualizando e renovando o projeto acadêmico de perfil comunitário, um grande desafio para PUC Goiás. A Constituição de 1988, a aprovação da LDB Nº 9394/96 e suas regulamentações, que determinam mudanças em toda a educação brasileira, requerem novas mudanças e inovações metodológicas para as instituições de ensino superior comunitárias, como evidenciam os documentos do Forext.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC Goiás (2012) (a) analisa o início do novo milênio marcado por uma expansão da educação superior desregulada, o que exigiu da universidade a realização de ajustes e atualizações acadêmicas e administrativas, renovando-se constantemente com o cuidado de não perder a sua identidade:

foi com essa perspectiva que a Gestão da UCG, no período de 2002 a 2006, procurou permanentemente atualizar sua estrutura organizacional, reafirmar sua configuração acadêmica, integrando ensino, pesquisa e extensão em seu projeto educativo, e adequar-se às novas exigências do SINAES. Para isso atualizou seu estatuto (Universidade..., 2004), o Regimento Geral (Universidade..., 2006 c), o Regulamento da Carreira Docente, o Regulamento da Carreira Administrativa; normatizou a Distribuição de Carga- Horária Docente regulamentou a pós-graduação stricto e lato-sensu, aprovou o Regimento Interno da CEPEA. Além disso, elaborou as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, e redimensionou os processos de avaliação institucional (PUC, Goiás, 2012, a, p. 16 -17).

Outro fato importante registrado no PDI da PUC Goiás (2012) trata-se do compromisso da reitoria empossada para a gestão 2006-2010, que optou por um Plano Estratégico de Gestão Participativa (2007-2010), discutido com a comunidade universitária nos seus diversos segmentos e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, por meio da Resolução Nº 001/2007 Cepea em 27 de julho de 2007.

No ano de 2009, a Universidade Católica de Goiás, no seu cinquentenário avaliou a conquista do título de Pontifícia Universidade Católica de Goiás:

No contexto mundial e nacional, a universidade brasileira concentra várias particularidades históricas e, certamente, a criação e o desenvolvimento da UCG inscreve-se nesse contexto. No entanto, o inventário de sua trajetória

cinquentenária demonstra o caminho singular que percorreu no âmbito das universidades de perfil comunitário e o modo de sua construção. A UCG conquista seu reconhecimento regional e nacional na medida em que consolida o fortalecimento das três dimensões que conferem excelência acadêmico-ensino, pesquisa e extensão e integra a graduação com a pós-graduação para salvaguardar os interesses científicos e pedagógicos indispensáveis na formação profissional. (PUC GOIÁS, PDI, 2012, a, p. 17).

Conforme documentos do PDI (2012) (a), o título concedido pelo Cardeal Zenon Grocholewsk, prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica do Vaticano, registra a instituição na história da Igreja Católica, marco na história da educação superior de Goiás e do Brasil, com uma grande relevância na sua caminhada percorrida em cinquenta anos de existência:

em 24 de dezembro de 2009, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil publicou, no Diário Oficial da União, Nº 246, a Portaria Nº 1. 747, de 23 de dezembro de 2009, que aditou o ato de credenciamento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A Pontifícia Universidade Católica de Goiás, erigida canonicamente de direito pontifício, teve seus estatutos aprovados pela Congregação do Vaticano; e arcebispo Dom Washington Cruz foi constituído seu Grão-Chanceler, e o Professor. Wolmir Therezio Amado foi nomeado o primeiro Reitor da Nova PUC, a sétima no Brasil e a décima nona no mundo (PUC, GOIÁS, PDI, 2012, a, p. 18).

O PDI (2012) (a) traça os rumos que a PUC Goiás deve tomar nos próximos dez anos. O seu projeto foi construído com ênfase em quatro eixos:

1º permanente referência aos princípios, as finalidades, a missão e a extradição da instituição; 2º constante reorganização institucional, a fim de assegurar a sustentabilidade financeira institucional; 3º preparação da Universidade para sua gradual internacionalização; 4º construção de metas, métodos e motivações que orientem e atestem a qualidade da ação pedagógica institucional, na busca da excelência acadêmica e do compromisso social em todas as áreas e dimensões da PUC-Goiás. (PUC GOIÁS, PDI, 2012, a, p. 18).

E de acordo com o documento PUC Goiás em Dados (2012) (b), no ano de 2012, a oferta foi de trinta cursos de bacharelado, dez cursos de licenciatura, seis cursos tecnológicos e, ainda, no Centro de Educação a Distância (Cead), a oferta de três cursos de extensão, seis cursos no Programa de Apoio ao Aluno de Graduação e 92 disciplinas semipresenciais com 5.838 alunos matriculados, também, sete cursos de ensino a distância, com 1.146 alunos matriculados.

Para Bertazzio (2012), a grande expansão na pós-graduação *lato sensu* da PUC Goiás aconteceu entre os anos de 2002 a 2010. Em 2002, foram ofertados

22 cursos com 770 alunos matriculados. Em 2010, esse número saltou para 109 cursos, com 4.835 alunos matriculados. No ano de 2012, foram 27 cursos *lato sensu* institucionais, 89 interinstitucionais.

Os dados da PUC Goiás de 2012(b) apontam o crescimento na oferta da pós-graduação *stricto sensu*. O primeiro curso de mestrado teve início em 1999; em 2010 havia 1.226 alunos mestres e 15 doutores, dos quais 10 em educação. Em 2012, a pós-graduação atingiu a marca de 13 mestrados, e 3 doutorados, com plena aceitação legal e com notas acima de 3, nas avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em síntese, os documentos da PUC Goiás ressaltam a forte vinculação entre ampliação de cursos e vagas, expansão da oferta de serviços educacionais e compromisso com a democratização do acesso à educação superior. A qualidade acadêmica e social define-se pelo compromisso social da PUC Goiás, consubstanciada pelo desenvolvimento da pesquisa, voltada para as exigências regionais e, prioritariamente, para a formação de professores para a educação básica e o desenvolvimento sustentável, com preservação do bioma cerrado.

2.3 Faculdade Mineirense - FAMA

A Faculdade Mineirense (Fama) em seu PDI (2011) (b) é uma instituição mantida pelo Centro de Ensino Superior Rezende Potrich Ltda., credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, pela Portaria Ministerial Nº 482/2007 de 21 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) Nº 97, de 22 de junho de 2007. A Fama privada, conforme estabelece seu Estatuto, com sede e foro na cidade de Mineiros, GO, representada conforme autorização pela portaria 01/2007, do seu Conselho Superior, pelo Diretor Geral. No momento essa função é desempenhada pelo médico Rogério Barros de Rezende.

A Faculdade Mineirense está localizada à Praça Deputado José Alves de Assis, Nº 58, Centro, na cidade de Mineiros, região Sudoeste do estado de Goiás, a 423 km de Goiânia, capital do estado de Goiás a 500 km de Cuiabá, capital do Mato Grosso e a 580 km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, dois outros estados que compõem a Região Centro-Oeste do Brasil.

Conforme seu PDI (2011) (b), a FAMA iniciou suas atividades acadêmicas com os cursos de Enfermagem autorizadas pela portaria do MEC Nº 453/2007,

curso de Farmácia, autorizado pela Portaria do MEC, Nº 454/2007, Fisioterapia, autorizado pela Portaria do MEC Nº 455/2007, Nutrição, autorizado pela portaria do MEC, Nº 456/2007 e Odontologia, autorizado pela portaria do MEC, Nº 457/2007.

Em 6 de agosto de 2007, conforme registro documental, o psicólogo e Padre Dom Joaquim Carlos Carvalho, ministrou a aula inaugural deixando uma mensagem:

Com o surgimento da FAMA, Mineiros está numa nova fase de sua história. Vocês proprietários, funcionários, alunos são sujeitos desta história que inicia. Uma formação não se mede não se constrói somente com conteúdos formais, mas, sobretudo na condição humana e este é o maior bem de qualquer instituição que preze o seu valor. Sejam construtores desta história, sejam sujeitos de sua própria vida. (FAMA, 2009,a, p.1).

A Faculdade Mineirense nasceu no bojo do processo de expansão e interiorização do ensino superior privado no Brasil. Como reforçam Catani e Oliveira (2002, p.75),

as instituições não universitárias são consideradas mais flexíveis no atendimento das demandas do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o fomento às instituições privadas de educação superior poderia ampliar as oportunidades de forma eficiente e flexível, sem aumentos adicionais para o Estado. Para este caberia o papel de estabelecer mecanismos de controle e avaliação das Instituições.

Os estudos sobre o processo instaurado permitiu a explosão da expansão por meio da privatização. Dados do Censo da Educação Superior indicam o crescimento das instituições privadas sem necessariamente estarem vinculados à avaliação da qualidade e do compromisso social. Comprova-se, portanto as ideias e propostas feitas pelo projeto hegemônico neoliberal, que defende a política de participação mínima do Estado, dentre outras por meio da privatização do ensino superior.

Amaral (2003, p.93) reafirma a política de ensino superior proposta pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, como o Brasil:

A defesa da maior diversificação das instituições de ensino superior teria por base três análises principais, pela ótica do financiamento: 1.a universidade de pesquisa (modelo humboldtiano) é de alto custo; 2.as instituições não universitárias contribuíram para atender à demanda crescente por educação superior a um custo muito baixo; 3. a expansão do setor privado provocaria uma melhor adequação do sistema de educação superior às exigências do quase mercado educacional, além de efetivar a um custo muito mais baixo para o fundo Público .

Segundo Amaral (2003), sobre a situação do ensino superior tem por base a proposta do Banco Mundial, órgão financiador do projeto neoliberal nos países em desenvolvimento, e um dos seus objetivos maiores é a privatização da educação superior e conseqüentemente, a sua expansão, confere materialidade às mudanças operadas nos últimos vinte anos.

Nesse contexto, conforme o PDI da FAMA (2011) (b), a faculdade recebeu em 2007, a autorização do MEC para ofertar cinco cursos de bacharelado na área da saúde. Os seus sócios fundadores são empresários e um médico com experiência de empreendedorismo na região que decidiram investir no ensino superior em Mineiros, com cursos, em sua maioria, na área da saúde.

Silva (1984) explica que a história da medicina em Mineiros tem seu marco, em 1920, com a chegada e permanência dos médicos José Alves das Neves e Moacir Assucar. O Dr. Neves, como era tratado, foi o pioneiro da medicina em Mineiros, atividades que exerceu mais de quarenta anos. Mesmo depois da instalação do primeiro Hospital em Mineiros e com idade avançada, continuou atendendo seus pacientes em um pequeno consultório no centro da cidade.

Segundo Silva (1984, p.40), "em 1948, a medicina em Mineiros mudou a sua face com assevera Filgueiras, deixando de ser aquela medicina desarmada de aparelhos, intuitiva e baseada exclusivamente no exame físico do paciente". Com parceria dos amigos Suhail Rahal e Francisco Filgueiras Júnior, foi fundado o Hospital Samaritano, que trouxe laboratórios de análises clínicas, exames radiológicos e um centro cirúrgico.

Conforme registros Foccus de Mineiros (2012) (a) as atuações dos dois médicos fundadores do Hospital Samaritano e com atuação em outras áreas importantes contribuíram para o desenvolvimento da cidade, Iniciando um trabalho em três frentes na cidade: saúde, educação e evangelização. Na área da educação, fundaram uma escola evangélica com o nome de Instituto Erasmo Braga, primeira escola particular de Mineiros, na qual o Dr. Filgueiras foi professor de Matemática por muitos anos. Filgueiras também um dos fundadores da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior de Mineiros (Fimes), primeira instituição de ensino superior da cidade de Mineiros.

O Instituto Erasmo Braga manteve-se em atividade até o ano de 2005, quando foi extinto, cedendo seu espaço físico para que nele se instalasse, em 2007, a Faculdade Mineirense.

Para Silva (2008), o município de Mineiros passou por profundas transformações na década de 1970, com a chegada dos migrantes sulistas e paulistas que compraram terras dos pequenos proprietários e as transformaram em grandes propriedades, em lavoura mecanizada, com o cultivo da soja, algodão, milho e sorgo para exportação.

A mudança na economia local e regional provocou outras, exigem infraestrutura, tanto no campo quanto na cidade, para dar suporte ao novo modelo econômico de expansão agrícola, em franca expansão no município e na região.

A população de Mineiros, que, em 1960, era de 9.717 habitantes, em 1970, saltou para 15.790, e houve uma inversão na relação cidade/campo. Se antes a maioria da população vivia na zona rural, a partir de 1970, o número de habitantes na cidade passou a ser o dobro: 10.183 na zona urbana, e 5.607 na zona rural (SILVA, 2008).

Destaca Silva (2008) a necessidade urgente de melhoria na oferta de infraestrutura e nos serviços sociais, nas áreas de moradia, saúde, escolas, emprego, bem como mão de obra qualificada. O autor afirma que, nesse período de 1970, o município iniciou o processo de investimento na educação, construindo várias escolas e dando início ao processo de regulamentação da educação municipal.

De acordo com Foccus de Mineiros (2012) (a), Mineiros continua crescendo e investindo no processo de industrialização e modernização da economia, e ainda sendo referência em saúde.

Os dados e as ações hospitalares empreendidas pelos proprietários dos hospitais evidenciam o objetivo de concretizar um projeto maior na medicina mineirense. A área de medicina em Mineiros modernizou e acompanha os avanços tecnológicos, com aproximadamente 82 médicos que atendem em diversas especialidades clínicas. Atualmente a cidade conta com quatro hospitais particulares, um ambulatório 24 horas, e cinco unidades básicas de saúde (MINEIROS, 2012, a).

No início do século XXI Mineiros recebeu um complexo de indústrias e um quantitativo significativo de pessoas. Em 2006, o município contava com 44.848 mil habitantes, em 2010, essa população saltou para 52.935 habitantes conforme os resultados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013, site). A estimativa da população, de acordo com os dados demográficos do

município é de 55.036 habitantes.

O crescimento populacional do município, bem como o processo de industrialização associado à história na saúde privada construída pelos médicos, revela a atuação dos dois primeiros médicos também na educação. Os dados reforçam a ideia de se implantar a terceira instituição de ensino superior em Mineiros, agora uma instituição particular na oferta de ensino superior com cursos na área de saúde.

O crescimento da expansão do ensino superior brasileiro privado e a sua interiorização, impulsionou a criação da Faculdade Mineirense que, em seu PDI (2011) (b), propõe:

a Faculdade Mineirense é uma Instituição de Ensino Superior que atuará segundo seu Regimento Interno, pela legislação em vigor e por um marco referencial que se constituirá na formação integral do aluno, como cidadão e profissional, em qualquer um dos níveis, em que atuará: Graduação, Formação de Professores, Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa (p. 54).

Em 2011, a FAMA ampliou sua oferta de curso e área, implantando o curso de Direito, autorizado pela Portaria do MEC Nº 210/2011 e Bacharelado em Psicologia, autorizado pela Portaria do MEC N Nº 263/2011. No ano de 2012, foi construído o Campus II, no centro da cidade, onde funcionam o laboratório e as aulas práticas dos cursos das áreas da saúde.

A instituição, de acordo com o seu regimento interno, tem por finalidade contribuir para a construção de uma sociedade solidária e democrática, promovendo a formação integral e humanista. Um dos objetivos da faculdade (art. 5º, inciso VII), consiste: promover a extensão tendo em vista:

VII Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica tecnológicas geradas na instituição. (FAMA, 2009, b, p. 4- 5).

Conforme o regimento, em seu capítulo III, artigos 55 e 56, a extensão será desenvolvida na instituição conforme proposta a seguir:

A Faculdade manterá programas e atividades de extensão, indissociadas do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimento. São consideradas atividades de extensão: I Eventos culturais, técnicos e científicos; II cursos de extensão; III Ações e projetos de atendimento e prestação de serviços à comunidade; IV Ações

de assessoramento e consultorias; V Planejamento e implantação de programas de incentivos à publicações de interesse acadêmico e cultural e; VI Cursos técnicos de curta duração e de natureza específicas, segundo a legislação em vigor (FAMA, 2009, b, p. 22.)

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2011) (b), a Faculdade Mineirense, propõe conceber o progresso de aprendizagem como propriedade do sujeito e valorizar o papel determinante de interação com o meio social:

partindo desta premissa, a Fama pretende proporcionar a formação intelectual que possibilite ao discente a aquisição de conhecimentos pertinentes aos saberes sociais, econômicos, culturais, etc., por meio de pesquisa e extensão, oferecendo formação que atenda as expectativas de futuros profissionais, do mercado e da instituição. A filosofia da instituição de ensino fomenta-se no oferecimento de uma formação múltipla e interdisciplinar, que atenda a formação geral e fundamental do discente, capacitando-o à compreensão da realidade vigente (p. 169).

De acordo com a LDB/96 (BRASIL, 1996) e o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Brasil, 2004) a qualidade deve ser critério, referência e finalidade dos processos avaliativos e regulatórios da educação, de competência do Estado, e não de livre iniciativa do mercado. A função reguladora do Estado inclui as diferentes associações e entidades educacionais representativas do ensino superior brasileiro. Observa-se nas avaliações de cursos, no âmbito do Sinaes, os indicadores que reflitam a diversidade jurídica e a inserção regional das instituições que operam no setor de educação superior no Brasil. No caso específico das IES privadas, vale destacar critérios e indicadores capazes de garantir a qualidade, para além da sua natureza administrativa. Conforme análise do Forext o desafio de estruturação de um sistema nacional orgânico e a busca de equivalência entre ele e os sistemas de outros países, reafirma a importância de um sistema de avaliação guiado por parâmetros da pertinência e da diversidade de IES, em respeito ao caráter e à missão político-institucional próprio e também atento aos desafios apresentados pela regionalização. Trata-se de uma dimensão indispensável na configuração da FAMA e seus condicionantes.

No próximo capítulo refere-se ao estudo específico sobre a institucionalização, organização e operacionalização da extensão no âmbito das três instituições: UFG, PUC GOIÁS e FAMA.

CAPÍTULO III

INSTITUCIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS CONDICIONANTES DO COMPROMISSO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PESQUISADAS

O objetivo deste capítulo é analisar a institucionalização da extensão nas instituições pesquisadas: UFG, PUC Goiás e FAMA.

A institucionalidade da extensão configura-se no histórico, conceitos e objetivos da extensão, instâncias de gestão, operacionalização, atividades de extensão e sua relação com os setores público e privado. Nesse sentido, abarca os condicionantes do compromisso social das instituições de educação superior com o desenvolvimento local e regional.

A análise desenvolvida orienta-se pela compreensão histórica da concepção de extensão e sua relação com o ensino e a pesquisa. Entende-se, conforme Síveres (2012), sua potencialidade educacional e social à medida que a extensão é reconhecida como um elemento essencial da identidade institucional, um dos aspectos que define o estatuto acadêmico. Os posicionamentos e formulações dos três fóruns e as alterações legais conferidas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) são parâmetros fundamentais para a análise desenvolvida.

No contexto de um longo aprendizado de mais de cinquenta anos de existência, as duas instituições pioneiras no ensino superior no Estado, UFG e PUC Goiás conseguiram evoluir, crescer, desenvolver e se inserir socialmente no contexto goiano e regional. A FAMA, por outro lado, com instituição de ensino superior criação vive um processo de evolução em seu perfil institucional.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do capítulo assegura a sistematização dos dados, relacionando-os com as dimensões priorizadas e entre as três IES: a) histórico conceito e objetivos; b) instância de Gestão da Extensão; c) operacionalização e atividades de extensão e sua relação com os setores públicos e privados e d) o compromisso da extensão com o desenvolvimento local e regional.

3.1 Histórico, conceito e objetivos de extensão nas instituições pesquisadas

Os conceitos que marcam a trajetória histórica e o objetivo da extensão nas instituições de ensino superiores pesquisadas - UFG, PUC Goiás e FAMA revelam a existência de uma intencionalidade, a de promover atividades de extensão mesmo que por meio da assistência.

Os registros apontam também que nelas, a prática de extensão aconteceu como prestação de serviços. No entanto, o que diferencia a extensão praticada no passado, e a forma de concebê-la na atualidade e de praticá-la, deriva das reflexões sobre as mudanças nas políticas de extensão instituídas nos últimos anos. A participação dos seus atores na avaliação gera uma consciência nova sobre a extensão que questiona as ações praticadas no passado e apresenta políticas inovadoras para o seu desenvolvimento.

Note-se que o marca de mudança envolve uma compreensão de extensão vinculada ao ensino e a pesquisa, e não mais como atividade descontextualizada, da interação da universidade com a comunidade local e regional.

Na Universidade Federal de Goiás, o conceito de extensão é uma dimensão, que somente no seu PDI de (2011,b), se expressa com clareza, embora em todo o seu trajeto histórico os registros das ações de extensão são visíveis quando se indaga sobre a sua prática social. No que se refere à institucionalização da extensão, percebe-se que ela passou por vários momentos, diferentes contextos e modalidades.

Na UFG, a documentação evidencia o debate e a crítica a Extensão considerada em grande parte assistencialista e sem o vínculo acadêmico incluso nas ações, assinala a revista UFG Afirmativa (2010,a). Em 1986, a extinção da Pró-Reitoria de Extensão, subordinou as ações de extensão a coordenação diretamente vinculada a Pró-Reitoria de Graduação. No período de 1986 a 1996, o trabalho de conscientização sobre o que era extensão resultou em 1996, na recriação da pró-reitoria com ampliação agora de atuação, denominada Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Os desafios ressaltados referem à falta de vínculo da extensão com o ensino e a pesquisa de forma sistematizada e a falta de controle das ações de extensão desenvolvidas por seus protagonistas. Registra-se que houve uma mudança radical na concepção e nas ações de extensão na UFG.

A atual política de extensão dessa universidade tem suas vertentes com intensas ações na comunidade e envolve o ensino a pesquisa e a extensão por meio

de programas e projetos desenvolvidos, conforme a regulamentação interna. Atualmente o ponto forte da extensão são as suas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa, bem como as ações culturais.

Os objetivos da extensão expressam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, e o estreitamento das relações entre a UFG e comunidade em uma troca de saberes que contribuem de forma efetiva para o seu desenvolvimento e transformação.

Em se tratando da trajetória da extensão no âmbito da PUC Goiás há uma comprovada vinculação da extensão e os movimentos estudantis e sociais nas décadas de 1960 e 1970 (PUC Goiás, 2006). A marca fundante da extensão ocorreu com o envolvimento dos estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) no movimento de educação popular. Nesse período, o conceito de extensão da PUC Goiás estava diretamente vinculado aos programas desenvolvidos pelos estudantes por meio da UNE. A universidade, com seu histórico de instituição com perfil extensionista identificava-se como uma instituição de ensino superior comunitária e filantrópica.

Em 1976, a redefinição das normas de estágio e a criação da coordenação geral de estágios ligada à Vice-reitoria Acadêmica marcou o momento em que foi criado o primeiro projeto de integração entre a universidade e a comunidade em parceria com a UFG.

Em 1980, de acordo com os dados da extensão, ocorreu um marco na sua institucionalização como uma atividade vinculada a atividades acadêmicas da instituição. Nesse momento, a extensão foi concebida como uma dimensão social pautada nos princípios que norteiam o conhecimento.

Um período marcante na vida da PUC Goiás aconteceu com a presença dos movimentos populares apoiados pela extensão. Em 1981, criou-se Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis que incorpora a Coordenação de Estágio e Extensão (ETG) e a Coordenação de Assuntos Estudantis. A extensão, nesse momento estava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), contava com uma estrutura significativa com papéis bem definidos em cada instância. Por meio dos seus programas e projetos, estabeleceu uma relação entre ensino, pesquisa, em uma ação que visava uma estreita relação com a comunidade, com o objetivo de contribuir de forma efetiva para um desenvolvimento transformador.

De fato, durante algum tempo, as suas ações de extensão foram assistencialistas, porém é importante perceber que a PUC Goiás não estagnou nessa fase e avançou na sua institucionalidade, com seus fundamentos conceituais divulgados na sua política de extensão aprovada pelo Conselho Superior da PUC Goiás (CEPEA).

A FAMA é uma Faculdade isolada que nasceu no ano de 2007 com cinco cursos, e atualmente conta com nove desde a sua criação, apresenta nos seus documentos preocupações com a extensão, mesmo que de maneira embrionária.

A Instituição indica, em seu regimento (Fama, 2009) (b), caracterização e critérios para a extensão, especificando, em seu art. 55 que a “Faculdade manterá programas e atividades de extensão, indissociadas do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos” (FAMA, 2009, b, p. 22).

Os seus documentos registram preocupações e sólido compromisso social com a comunidade local e as ações extensionistas que tiveram início de maneira voluntária e absorvidas pela comunidade acadêmica e local e se tornaram em ações consolidadas e regulamentadas que fazem parte das suas atividades de extensão.

O quadro 1 apresenta uma síntese da política de extensão, no tocante ao histórico, conceito e objetivo das atividades de extensão desenvolvidas nas três instituições analisadas.

Quadro 1: Política de Extensão: Histórico, Conceito e Objetivos da Extensão na UFG, PUC GOIÁS E FAMA

| HISTÓRICO | | |
|--|--|---|
| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
| <p>Conceito de extensão, conforme PDI (UFG, 2011, b) Extensão e o processo educativo, científico e cultural que, associado ao ensino e a pesquisa, procura promover laços de cooperação entre universidade e sociedade.</p> <p>Segundo reportagem na revista UFG (2010, a) até a década de 1980 a Pró-Reitoria de Extensão era forte, porém em grande parte assistencialista, o vínculo acadêmico não estava incluso nas ações. Em 1986, justamente em razão da confusão entre extensão e ações assistencialistas, foi extinta a Pró-Reitoria de Extensão, ficando as suas atividades a cargo da coordenação vinculada a Pró-Reitoria de Graduação.</p> <p>No ano de 1996, foi recriada a Pró- Reitoria de Extensão e Cultura, com o desafio de retomar as atividades extensionistas e estabelecer seu real significado acadêmico. A respeito desse período, a professora que assumiu a Pró- Reitoria comenta. “Fizemos um trabalho de unidade em unidade esclarecendo o que era a extensão e muitas vezes precisávamos conversar com cada professor responsável pelos projetos apresentados, de forma a mostrar como deveria ser feito, para atender aos objetivos da extensão, assim a unidade também começou a ter maior controle sobre as atividades de extensão realizadas na UFG. Antes descobríamos até pela televisão a existência de atividades que não eram cadastradas pela coordenação”. (2010, a, p, 24-25).</p> <p>Conforme documentos referentes a esse período, a Instituição começou a estruturar a extensão, com cadastro de suas atividades, de forma padronizada. Aponta a revista UFG (2010)(a), que a Resolução Nº 3 do Conselho Universitário (Consuni) de 28 de março de 2008, representou avanços nas atividades de extensão e da cultura da UFG. A nova regulamentação revogou as regras</p> | <p>As décadas de 1960 a 1970 marcaram as áreas de educação popular, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE).</p> <p>Em 1976, com a redefinição da seção de estágio como Coordenação Geral de Estágio (ETG) e uma ação de desenvolvimento comunitária e atividade de extensão ligada à Vice-Reitoria Acadêmica (VA), criou-se o primeiro projeto de integração universidade-comunidade em parceria com a UFG, nos bairros Jardim Novo Mundo e Setor Criméia Leste, resultaram em avanços importantes e entrosamento para uma ação conjunta nos programas de extensão.</p> <p>Em 1980, do ponto de vista histórico e conceitual, a extensão universitária da PUC Goiás foi institucionalizada não mais nas atividades concebidas fora do espaço acadêmico, mas como dimensão social pautada nos princípios que norteiam o conhecimento. Foi um período marcante com a presença dos movimentos populares com extensão da PUC Goiás: assessoria às associações de bairro, organização da luta pela posse urbana, alfabetização de adultos, luta por moradia, urbanização de antigas áreas de posse, elaboração de material didático, que incorporam em grande medida a ação educativa em sua prática social.</p> <p>No ano de 1981, criou-se a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (VAE) que incorporou a ETG e a Coordenação de Assuntos Estudantis. Os projetos e</p> | <p>A faculdade iniciou suas atividades acadêmicas, no ano de 2007 oferecendo cinco cursos na área da saúde. Não traz a obrigatoriedade de desenvolver a extensão no seu regimento interno (2009,b), no entanto, é evidente a sua preocupação com atividades de extensão indissociadas do ensino e da iniciação a pesquisa, mediante oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimentos.</p> <p>São consideradas atividades de extensão. a) eventos culturais, técnicos e científicos; b) cursos de extensão; c) ações e projetos de atendimentos e prestação de serviços à comunidade; d) ações e assessorias e consultorias.</p> <p>Em 2007, por iniciativa do corpo docente e coordenadores de curso, a instituição desenvolveu o primeiro projeto de extensão, <i>Falando de Saúde</i>, com a continuidade nos demais anos posteriores. Esse evento contou com palestras e atividades na praça (I Campanha de Promoção a Saúde), e contou com acadêmicos, professores e comunidade.</p> <p>Em 2008, a gestão-2008/2012 da Prefeitura Municipal de Mineiros assinou um termo de intenção com a direção da Faculdade Mineirense, com o objetivo de possibilitar, ao seu acadêmico acesso às dependências da Prefeitura para a prática de estágio e outras atividades acadêmicas. Em 2008, o curso de Fisioterapia participou da programação municipal “<i>Dia do Idoso</i>”. Nesse mesmo período a Faculdade promoveu outros eventos e Visita Técnica a empresas, <i>II Encontro Falando de Saúde</i>, <i>I Campanha Acadêmico Solidário</i>, que foi transformado em um projeto de extensão, com a continuidade nos anos seguintes, em 2012</p> |

| | | |
|---|--|---|
| <p>antigas, de janeiro de 2002, e trouxe mais agilidade para a área.</p> <p>Na área de cultura, (PDI, 2011, b) houve a concessão de bolsas a estudantes e a aquisição de equipamentos para três conjuntos musicais da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) da UFG, Orquestra Jean Douliez, Coro de Câmara UFG e Banda Pequi, que desenvolveram uma intensa programação artística dentro e fora da universidade, iniciada em 2007 e ampliada nos anos de 2008 e 2009. Em 2009, houve alterações no projeto “<i>Conhecendo a UFG</i>”, que foi substituído pelo <i>Espaço das Profissões</i> oferecido aos alunos do Ensino Médio, com palestras de professores de cada curso, visitas ao Planetário e a diversas unidades acadêmicas. Outro projeto da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura importante e que já existia nessa época, <i>A cidade vai à UFG</i>, visava trazer a comunidade para o interior da Universidade com oferecimento de cursos básicos: criação de frango, fabricação de queijo, exames e orientações preventivas à saúde, sem nenhum ônus para o participante. Nesse mesmo período, os professores da UFG elaboraram projetos de parcerias e convênios que possibilitaram o financiamento da pesquisa e da extensão, que, dessa forma, complementava os recursos orçamentais destinados à universidade, além de obtenção dos recursos alocados diretamente aos pesquisadores. A UFG aplicou nessa época, conforme seu PDI (2011, b), mais de quarenta e um mil reais, advindos da execução de diversos convênios e descentralizações do MEC e de outros ministérios. A UFG contabilizou 923 ações de extensão cadastrada, que envolveram 3.868 professores (cada professor poderia participar com mais de uma ação), 5.398 estudantes, 1.039 servidores técnico-administrativos, em envolvidos.</p> <p>Conforme <i>Jornal UFG</i> (2012), o ano de 2012 marca o retorno do Agro Centro-Oeste à agenda da extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG). Com a adjetivação familiar somada a seu nome, o evento reafirmou o que buscava, paulatinamente desde 2005: reconhecer a</p> | <p>programas propostos e coordenados pela VAE foram: Programa Comunitário na PUC, Programa de Trabalho Social, Programa de Habilitação Popular, Programa de Saúde Popular, Programa de Direitos Humanos, Programa Lar São José, Cidade de Goiás, Projeto Inhumas Rural, Projeto Aldeia Juvenil, Projeto Especial Heitorai, Atuação no Vale São Patrício, Programa Cultural da PUC-Goiás e Pastoral Universitária.</p> <p>No período de 1985 a 1989, a relação entre extensão e o estágio curricular aprofundou-se e a ETG, um ano após, foi marcada pela ampliação de atuação da VAE, redefinição de bolsas, criação de programas permanentes, e a filiação ao Forext.</p> <p>Nesse período, a PUC Goiás, teve seus fundamentos conceituais proclamados na sua política de extensão, momento em que a universidade se identificou com uma instituição de ensino católica, comunitária e filantrópica, definiu as suas finalidades no seu estatuto, regimento, regulamentos e no projeto político-pedagógico.</p> <p>Atualmente política de extensão está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), dispõe de uma estrutura significativa e cada uma das instâncias tem seus papéis definidos. A PROEX, no cumprimento das suas atribuições conta com o apoio direto das coordenações, instituições, programas, projetos e por meio dos quais, se estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão da PUC Goiás.</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, janeiro 2012 (a), p. 48,54.</p> | <p>aconteceu a sexta edição foi contemplada, a APAE de Mineiros, sob a orientação e coordenação do professor Márcio Cruz. Em fevereiro de 2008, regulamentou-se a realização de atividades de pesquisa (iniciação científica) e extensão com a portaria Nº 001/ CONSEP/2008. “Art. 2º Para os fins previstos neste regulamento consideram-se atividades de pesquisa e extensão aquelas relacionadas à produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos e diferentes formas de interação com a comunidade.”</p> <p>Em 2009, a Resolução Nº 003/CONSEP/2009, dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa Acadêmico de Monitoria da Faculdade, que normatiza o acadêmico participar de atividades de pesquisa e extensão: Projeto Interdisciplinar em Escolas Públicas, Ações de Enfermagem no Atendimento e no cuidado a gestantes do Centro de Referência de Assistência Social, Educação e Promoção à Saúde na Atenção a Gestantes do Município, participação em programas municipais, estaduais e eventos.</p> <p>Em 2010, ocorreram ações de extensão, com projetos, eventos e atendimentos à comunidade.</p> <p>No ano de 2011, a faculdade realizou os seguintes projetos de extensão: Trote Solidário, V Falando de Saúde; Movimento Cidadania e Paz, Fama e Comunidade Quilombola, Caminhando com a Nutrição, Programa Fala Cidadão, Jornal Universitário Odonto FAMA, e outros. Participou em vários projetos em parceria com Prefeitura Municipal de Mineiros e região.</p> <p>O Curso de Nutrição desenvolveu um subprojeto de extensão, em parceria com o Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), no projeto “Festa da Semente Resgatando a Agro- Biodiversidade”.</p> <p>Em novembro de 2011, a faculdade, em parceria com a Secretaria de Saúde de Mineiros, foi vencedor na categoria Políticas Públicas no VI</p> |
|---|--|---|

| | | |
|--|---|--|
| <p>realidade de camponeses que não, necessariamente, fazem parte da estrutura do agronegócio e que produzem de forma diversificada, sustentável e saudável. Em outras palavras o principal objetivo em dar visibilidade à agricultura familiar. Essa reportagem ainda demonstra que o espaço também foi fortalecido dos camponeses em suas organizações.</p> <p>Fonte: UFG, UFG <i>Afirmativa</i> Nº 05, dezembro 2010 (a), p.24 -25. _____. Plano de Desenvolvimento Institucional. PDI. Goiânia: UFG/ PRODIRH, 2011(b). _____. Jornal UFG. Espaço público para afirmar a vida no campo. Ano VII Nº 53, p.6 julho 2012.</p> | <p>_____. Política de Extensão Universidade Católica de Goiás, setembro 2006 (b), p. 19,32.</p> | <p>Prêmio Saúde da Editora Abril, além do Prêmio Saúde, Mineiros também recebeu o Prêmio “Colgate”, conforme o Jornal Centro Oeste (2011) Fonte: Res. Nº 001/CONSEP/2008 FAMA, Projetos de Extensão, 2007- 2012 (a). Mineiros, 2012(b). _____. Relatórios de Extensão, 2007-2009. Mineiros, 2009 (a). _____. Relatórios de Extensão, 2010. Mineiros, 2010. _____. Relatórios de Extensão, 2011. Mineiros, 2011(a). _____. Relatórios de Extensão, 2012. Mineiros, 2012 (b). Jornal Centro-Oeste Nº 49 Novembro/2011, p. A 2.</p> |
|--|---|--|

CONCEITO

| UFG | PUC | FAMA |
|---|--|---|
| <p>“Extensão é o processo educativo, científico e cultural que, associado ao ensino e à pesquisa, procura promover laços de cooperação entre universidade e sociedade”.</p> <p>Fonte: UFG, Plano de Desenvolvimento Institucional. PDI. Goiânia:UFG/PRODIRH - 2011(b), p.35 e 36.</p> | <p>A extensão é entendida como expressão das aprendizagens da apreensão da realidade econômica, política, cultural e social, e constitui a construção permanente do conhecimento com o propósito de elaborar novas metodologias para o enfrentamento das questões sociais. Concebida como processo acadêmico, compreende dois aspectos fundamentais do projeto pedagógico da Universidade: a excelência acadêmico-científica e a realidade social, relacionando os grandes temas sociopolíticos e culturais em dimensão educativa. Do ponto de vista pedagógico/acadêmico é uma atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem. Tornou-se indispensável a sua institucionalização como fundamento e componente das finalidades da PUC Goiás: promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a defesa da dignidade humana, o respeito à herança cultural, o desenvolvimento das ciências, tecnologias, artes,</p> | <p>“ A FAMA manterá programas e atividades de extensão, indissociabilizadas do ensino e iniciação à pesquisa, mediante a oferta de cursos e serviços, bem como difusão de conhecimento.</p> <p>Fonte: FAMA. Regimento Interno.Mineiros,2009(b), p.22.</p> |

| | <p>culturas e das religiões.</p> <p>A extensão tem sua base em dois princípios: dialogicidade e compromisso social, que possibilitam a articulação do processo de formação acadêmica e de transformação social.</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, janeiro 2012 (a), p. 48,49. _____. Política de Extensão Universidade Católica de Goiás, setembro 2006 (b), p.19.</p> | |
|--|--|--|
| OBJETIVOS | | |
| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
| <p>Os objetivos da extensão estão expressos na Resolução do CONSUNI 2008:</p> <p>a) otimizar as relações entre sociedade e universidade;</p> <p>b) contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento;</p> <p>c) articular ensino e pesquisa com as demandas sociais e culturais da população;</p> <p>d) contribuir para preservar e valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade cultural.</p> <p>Conforme o site UFG Proec (2012), os objetivos são:</p> <p>a) integrar ensino, pesquisa na busca de alternativas, visando apresentar soluções para problemas e aspirações da comunidade;</p> <p>b) organizar, apoiar e acompanhar ações que visem à interação da universidade com a sociedade, gerando benefícios para ambas;</p> <p>c) incentivar a produção cultural da comunidade acadêmica e comunidade circunvizinhas.</p> <p>Fonte: Resolução - CONSUNI/2008 Nº 3, Art.3º. http://www.proec.br/index</p> | <p>O Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC-Goiás (PDI 2011) em sua dimensão sobre a extensão apresenta como objetivos:</p> <p>a) dar continuidade ao processo de consolidação que articula ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico;</p> <p>b) fortalecer as atividades de extensão na sociedade;</p> <p>c) consolidar e articular as áreas temáticas da extensão.</p> <p>A operacionalização da dimensão compromisso social visa:</p> <p>seguintes:</p> <p>a) fortalecer e renovar o compromisso social e ético da PUC-Goiás com o desenvolvimento econômico-social, a preservação ambiental, a produção artística e o patrimônio cultural;</p> <p>b) apresentar excelência acadêmico-científica enquanto instituição comunitária e filantrópica;</p> <p>c) Fortalecer a inserção regional e conquistar reconhecimento internacional.</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, janeiro 2012 (a), p. 52-61.</p> | <p>A instituição trabalha seus objetivos pautados nas normas de seu regimento interno e no Projeto Pedagógico Institucional-PPI.</p> <p>Fonte: FAMA. Regimento Interno. Mineiros, 2009 (b), p.5.</p> |

3.2 Instância de Gestão

Os documentos referentes às instâncias de gestão permitem que, na estrutura da administração superior das três instituições, a extensão tenha o seu espaço, com a ênfase construída ao longo de suas trajetórias.

A UFG, na sua trajetória histórica, constituiu a instância de gestão da extensão em três áreas básicas de ações: extensão, cultura e assuntos comunitários. (UFG AFIRMATIVA, 2010,a). A primeira área diz respeito às atividades de extensão desenvolvidas por meio de programas, em comunidade goiana. A segunda área de destaque da extensão da UFG trata da promoção da cultura que acontece por meio de programas, projetos e ações culturais da instituição. A terceira diz respeito aos assuntos comunitários, constata-se que as duas primeiras são as bases de todo o trabalho de extensão na UFG. No que se refere à estrutura de gestão da instituição, a extensão ocupa grau equivalente ao do ensino e da pesquisa. Com base nessas três áreas de atuação da extensão, criou-se uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), com a responsabilidade de coordenar as atividades de extensão e cultura, estimular a criação e a institucionalização de projetos e programas que estabelecem interações com a sociedade.

Para responder diretamente pela execução das políticas de extensão nas duas áreas básicas de atuação, na estrutura de gestão da extensão da UFG. Há duas coordenações: Coordenação de Extensão, que responde pela execução das políticas de extensão, que se efetivam por meio dos programas e projetos de extensão, em uma interação direta com a comunidade, e Coordenação de Cultura, que responde pela execução das políticas de cultura no âmbito da instituição,

Para as questões da referente a comunidade universitária, a UFG criou a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade, cuja responsabilidade é coordenar a política de assistência social, integração e bem-estar da comunidade universitária, constituída por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes.

A instituição, quando cria essa estrutura de gestão, objetiva fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e demonstrar o seu compromisso social com o desenvolvimento da comunidade interna e externa.

A PUC Goiás também tem uma estrutura de gestão que coloca a extensão em condição de igualdade organizacional com o ensino e a pesquisa. A estrutura de Gestão da PUC Goiás está organizada na Câmara de Extensão do

Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA), que tem a competência de analisar e avaliar os projetos e proceder a orientações gerais e específicas sobre a extensão e ações comunitárias.

A unidade acadêmica administrativa da PUC Goiás, tem a responsabilidade de assegurar a relação da extensão com a dimensão curricular do ensino de graduação e pesquisa, bem com parceiros e convênios. A Pró-Reitoria de Extensão e Apoio estudantil (PROEX) É responsável pela coordenação, articulação e supervisão das políticas de extensão, atividades comunitárias, artísticos culturais e de assistência estudantil. É constituída de três coordenações: Coordenação de Assuntos Estudantis, Coordenação de Arte e Cultura, Coordenação de Estágio e Extensão, cursos e eventos e projetos especiais.

Verifica-se que, em todas as instâncias de gestão, existe uma vinculação com a extensão e os assuntos comunitários estudantis, o que demonstra que a extensão é uma prioridade nas atividades da PUC Goiás. É evidente, na sua trajetória como uma instituição comunitária, que ela sempre primou pela defesa dos direitos humanos, desenvolvendo ações de valorização da vida vinculadas ao conhecimento, à pesquisa, à extensão e aos assuntos culturais e estudantis.

Na FAMA, as instâncias de gestão (FAMA, 2009), estão asseguradas por órgãos deliberativos e executivos. Os órgãos deliberativos são: Conselho Superior-CONSUP; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CONSEP e os Colegiados de Cursos-COLEC.

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo de natureza consultiva, deliberativo, normativa e recursal da faculdade, constituído pelo Diretor Geral seu presidente, Vice-Diretor, Diretor Acadêmico, Diretor Administrativo-Financeiro, e até três representantes da Entidade Mantenedora, além de um representante da comunidade, um representante do corpo discente, até cinco representantes do corpo docente (AMA, 2009).

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEP) é órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva em matéria de natureza acadêmica, é constituída pelos seguintes membros: Diretor Geral, seu presidente, Vice Diretor, Diretor Acadêmico, Coordenador de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Coordenadores de Cursos, e até cinco representantes do corpo docente, além de um representante do corpo discente. (FAMA, 2009).

Os colegiados de cursos (FAMA, 2009) são órgãos deliberativos e

consultivos, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação. São constituídos no âmbito de cada curso com os seguintes membros: coordenador de curso, professores que ministram disciplinas no curso e um representante do corpo discente.

A FAMA, como faculdade isolada de ensino superior não tem a obrigatoriedade de desenvolver pesquisa e extensão, mas demonstra mesmo que de maneira sucinta, o seu interesse em promover a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

O quadro 2 apresenta as instâncias de gestão das três instituições pesquisadas.

Quadro 2: Instância de Gestão Universitária na UFG, PUC Goiás e Fama

| INSTÂNCIA | | |
|--|---|---|
| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
| <p>Reitor Vice-Reitor Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) coordena e desenvolve meios adequados para assegurar o alto nível de ensino de graduação e a plena integração da comunidade com a universidade. Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) coordenar, apoiar e incentivar as atividades de pesquisa e Pós-Graduação na Universidade. Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEC) coordena as atividades de extensão e cultura; estimula a criação e a institucionalização de projetos e programas que estabeleçam interações com a sociedade, conta com duas coordenações: Coordenadora de Extensão, Coordenação de Cultura. Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD) fornece suporte administrativo e financeiro às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFG. Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH) o promove o desenvolvimento humano e institucional da UFG por meio da gestão, do planejamento, da avaliação, da informação e dos talentos humanos, dando suporte aos projetos estratégicos da UFG. Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária (PROCOM) coordena a política de assistência social, integração e bem-estar da comunidade universitária, constituída por professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, por meio do serviço social, dos programas e serviços de saúde e de creche.</p> | <p>Administração Superior da Sociedade Goiana de Cultura: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral. Administração Superior da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Grão-Chanceler Reitor Vice-Reitor Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD) é o órgão da Administração Superior que promove, superintende, coordena, fomenta e controla o ensino de graduação da PUC Goiás. Pró-Reitor de Extensão e Apoio Estudanti I (PROEX) é responsável pela coordenação, supervisão e execução das políticas institucionais de extensão, estágio, cultura e as relacionadas com a comunidade estudantil. Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE). Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) . Pró-Reitor de Administração (PROAD) . Pró-Reitor de Comunicação (PROC) Pró-Reitor de Saúde (PROS) Chefe de Gabinete. Instância da gestão da extensão: Câmara de extensão do conselho de ensino, pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA) A ela cabe analisar e avaliar os projetos e proceder a orientações gerais e específicas sobre a extensão e</p> | <p>É assegurada por órgãos deliberativos, normativos e executivos: Conselho Superior (CONSUP) órgão máximo de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal da Faculdade. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, em matéria de natureza acadêmica, é constituído pelos seguintes membros: Diretor Geral Diretor Acadêmico Secretário Geral Coordenador de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão Coordenadores de cursos Um membro do corpo docente de cada curso de graduação Até três (3) representantes do corpo discente. Colegiado de Curso(COLEC) órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, no âmbito do curso de graduação. Fonte: FAMA. Regimento Interno. Mineiros, 2009 (b), p.5-7.</p> |

| | | |
|---|---|--|
| <p>Fonte: UFG Afirmativa Nº 06,dezembro,2011(a), p.4.</p> | <p>ações comunitárias; Unidade Acadêmico-Administrativa da PUC-Goiás Compete-se assegurar a relação da extensão com a dimensão curricular do ensino de graduação e pesquisa, bem como os parceiros e convênios; Pró-Reitoria de extensão e apoio estudantil – PROEX. É responsável pela coordenação, supervisão e execução das políticas institucionais de extensão, estágio, cultural e pelas relacionadas com a comunidade estudantil; sua identidade estabelece-se se faz pela relação e interlocução com o universo das políticas sociais do mundo. Pró-Reitoria e Gabinete, coordenam, articula, promovem e supervisionam as políticas de extensão, as atividades comunitárias, as artístico-culturais e de assistência estudantil, operacionalizadas por suas coordenações. Constituídas pelas coordenações, assessorias e pelo instituto: Coordenação de Assuntos Estudantis-CAE, Coordenação de Arte e Cultura-CAC, Coordenação de Estágio e Extensão-ETG, Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais-CCE, do trabalho e da educação continuada e pela criação, revisão, ampliação e defesa da cultura, do conhecimento e da pesquisa,</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).Janeiro 2012 (a), p.3. _____. Política de Extensão Universidade Católica de Goiás.Setembro 2006 (b), p. 24 a 27. _____. Regimento Geral. Série Legislação e Normas. Nº 12. PUC GOIÁS, 2006 (c), p.15, 17, 18, 19, 21.</p> | |
|---|---|--|

3.3 Operacionalização e atividades de extensão e sua relação com setores públicos e privados

É perceptível na forma de operacionalização da extensão na PUC Goiás e na UFG que a extensão deixou de ser uma atividade desvinculada do processo acadêmico. Há evidências do aprendizado e avanço na compreensão da extensão como integrante do ensino superior e que ela não pode ocorrer de maneira indissociada do ensino e da pesquisa. Concorreram para esse avanço as constantes reflexões, debates e aprendizado dos seus gestores.

As atividades, projetos, programas, ações e atividades de extensão na UFG em seus diferentes cursos e campi são cadastrados no sistema *online* que oferece aos extensionista ferramentas para gerenciamento, como controle de pessoas beneficiadas, inscrições, envio de resumos, emissão.

Nesse sentido, a extensão é desenvolvida com intuito de organizar, apoiar e acompanhar ações voltadas para a educação do cidadão nas áreas de educação pública, educação especial, cultura, lazer e recreação, saúde, meio ambiente, criando mecanismos institucionais que permitam avançar o processo de integração entre a universidade e diversos setores da sociedade.

Os dados sistematizados em relatórios das ações de extensão demonstram que a extensão na UFG se apresenta como um conjunto de ações ligadas ao ensino e à pesquisa, buscando objetivos específicos em benefício da comunidade. Para tanto, uma ação de extensão deve ser cadastrada na PROEC, solicitada no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEC), aprovada pelo Conselho Diretor e ter seu relatório anual, parcial ou final enviado a PROEC.

Na UFG, as ações de extensão estão assim denominadas conforme a Resolução CONSUNI (2008), anexo I:

Programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando a atividades de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientações para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. Projeto: Ação processual e continua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Evento: Ação que implica na apresentação e ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Prestação de Serviços: Realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc); a

prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo ou produto e não resulta na posse de um bem.

Em termos históricos conceituais, avalia-se a maior ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na UFG só foi possível no final da década de 1960, e a capacitação dos professores, contribuiu para a sua efetivação, transcorrida, no final da década de 1970.

O reconhecimento da importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está registrado no PDI 2011- 2015 (UFG, 2011), assim como as dificuldades que a universidade tem buscado superar, mediante seus planos, para articulação entre esses três níveis.

Dessa forma, a extensão pauta suas ações em dois objetivos: primeiro, o de articular e integrar o ensino e a pesquisa em busca de soluções para problemas e aspirações da comunidade; e segundo, organizar, apoiar e acompanhar ações que visam a integração da universidade com a sociedade, gerando benefícios para ambas.

Atualmente, conforme seu PDI 2011-2015(UFG, 2011) a instituição tem assegurado 2% do seu orçamento para a extensão, tem um programa de bolsas de extensão para os estudantes, e ainda consegue captar muitos recursos com outros programas e projetos das políticas nacionais de extensão disponíveis para instituições de ensino superiores públicas e particulares.

As primeiras ações de extensão na PUC Goiás, de acordo com Bertazzo (2012) aconteceram com a incorporação da Escola Goiana de Belas Artes que corroborou com a formação do núcleo básico da então Universidade de Goiás, com ênfase à sua atuação no campo artístico-cultural:

A construção da Faculdade de Arquitetura ampliou as manifestações artísticas que Bertazzo, (2012) considera parte do DNA da Universidade “Católica”. Foram muitos os projetos educacionais que ainda desenvolvem ações, tanto no campo educacional foram realizadas oficinas, grupos de criação e produção e exposições artísticas e culturais que colaboram para a formação do aprendizado do público que tem a oportunidade de apreciar o acervo artístico e cultural existente em Goiás no Brasil e no mundo. Além dessas ações, a instituição busca estabelecer programas de preservação do patrimônio artístico-cultural que conduzam à produção do conhecimento.

As experiências de educação popular, com início nas décadas de 1960 e

1970, foram retomadas nos primórdios início da década de 1980, com estabelecimento de condições que produziram avanços importantes e entrosamento para uma ação conjunta nos programas de extensão.

“A PUC Goiás vivencia os reflexos da política educacional e aprofunda o seu processo de conceituação e de redefinição dos objetivos de estágios como uma das formas de extensão, pela compreensão do estágio/extensão como processo de retroalimentação do ensino e ainda pela organização de estágios multiprofissionais”. (PUC GOIÁS, 2006, p.14).

A extensão universitária é institucionalizada na PUC Goiás, não como uma atividade concebida fora do espaço acadêmico, mas como dimensão social pautada nos princípios que norteiam o conhecimento.

No período de 1985 a 1989, conforme a Política de Extensão (PUC GOIÁS, 2006), a relação entre extensão e estágio curricular aprofundou-se e foram ampliadas as suas atribuições, marcando a redefinição de suas competências. Em 2003, a extensão e suas modalidades de atividade compunham, simultaneamente, o Plano Estratégico e a Gestão Participativa, Administrativa e Financeira, aprovado pelo Conselho Universitário, com enfoque para a avaliação e consolidação da concepção e política de extensão.

Nessa perspectiva, a institucionalização da extensão universitária na PUC Goiás, apresenta condicionantes significativos no que se refere à consonância com suas finalidades e a natureza da instituição.

Essa afirmação pode ser demonstrada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC Goiás, (2012,b) em vigor, no qual a extensão universitária é reafirmada como finalidade e dimensão fundamental do seu projeto pedagógico e seu compromisso social.

A extensão, no âmbito da PUC Goiás, serve como um espaço privilegiado de reflexões teóricas e produção de metodologias, em diferentes áreas do saber. Trata-se de Ações que subsidiam a formulação de políticas sociais no contexto do Estado e da sociedade civil, utilizando a produção de debates, estudos, pesquisas, enfatizando a compreensão histórica, social, econômica, política, cultura e ambiental, na perspectiva de coletivização e socialização do conhecimento construído na Universidade.

No texto referente à Política de Extensão (PUC GOIÁS, 2006), afirma-se que para conceituá-la do ponto de vista pedagógico/acadêmico como atividade

indissociável do processo ensino-aprendizagem, tornou-se indispensável a sua institucionalização como fundamento e componente das finalidades da PUC Goiás: “Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a defesa da dignidade humana, para o respeito à herança cultural e desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões.” (p.19).

A extensão na PUC Goiás tem suas bases em dois princípios, orientadores de todas as suas ações, como sinaliza a Política de Extensão (PUC GOIÁS, 2006): dialogicidade e compromisso social. A extensão apresenta-se por meio do diálogo entre diversos modos de conhecimento, entre a comunidade acadêmica e a sociedade. A Universidade articula-se com uma diversidade de órgãos representativos, com entidades de classe, grupos religiosos, organismos governamentais e não governamentais, com movimentos sociais e populares. A dialogicidade, nesse processo, é sustentada pela democracia, horizontalidade e transparência, e propicia a constituição de uma colegialidade institucionalmente reconhecida.

No tocante ao compromisso Social, os projetos de formação profissional apontam para a vinculação entre projetos societários, profissionais e individuais, uma dimensão coletiva que se expressa nos diversos setores da sociedade. O compromisso social torna-se tema recorrente no processo reflexivo da extensão.

A PUC Goiás desenvolve suas ações de extensão em diferentes modalidades: programas institucionais, projetos de extensão e prestação de serviços, que estão assim categorizados conforme Política de Extensão (PUC GOIÁS, 2006):

Programas institucionais: os programas institucionais de extensão universitária caracterizam-se pelo enraizamento na área acadêmica, pela interdepartamentalização e interdisciplinaridade, pela relação com o ensino, pesquisa e estágio curricular e por suas áreas temáticas: infância, adolescência e família; direitos humanos; educação; planejamento urbano e ambiental; gerontologia social; gênero; etnia; saúde coletiva; trabalho. Projetos de Extensão: são projetos que compreendem o processo educativo, cultural e científico como articulador do ensino, da pesquisa e extensão, orientam-se pela Política de Extensão e cumprem a exigência da participação discente. São propostos, coordenados e executados pelas unidades acadêmicas, considerando as demandas por formação e qualificação dos sujeitos sociais. As propostas devem ser apresentadas em formulário-roteiro específico, disponibilizado pela PROEX e cadastrados na Coordenação de Estágio e Extensão (ETG). Prestação de Serviços: esta modalidade objetiva atender à formação continuada, ao aperfeiçoamento e à capacitação, propiciando eventos de curta duração, como palestras, seminários, exposições, congressos, entre outros, que contribuem para a

estruturação e socialização do conhecimento; administrando cursos que buscam responder a demanda não atendida pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação e que pode ser presencial, a distância ou via rede, ou combinados com essas metodologias; consultorias e assessorias. (p. 23-24).

A Política de Extensão da Universidade PUC Goiás (2006) regulamenta os objetivos da extensão em cada uma das unidades da estrutura administrativa responsável pela gestão da extensão.

A operacionalização da extensão na Fama ocorre com a elaboração dos projetos e programas que são avaliados pelos coordenadores de curso e cadastrados na coordenação de pesquisa e extensão. Embora se trate de uma instituição nova, ainda é possível enumerar as suas primeiras iniciativas de extensão.

O primeiro projeto de extensão envolveu os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Farmácia (FAMA 2007-2012). Projeto denominado Falando de Saúde consistiu em encontro interdisciplinar e transdisciplinar, com a participação de estudantes e professores das diferentes disciplinas de saúde nos cursos mencionados. Este projeto tornou-se regular, e se realiza todos os anos. As temáticas de saúde diversificam-se conforme o envolvimento dos estudantes e professores de todos os sete cursos. O projeto está na sua quinta edição. No ano de 2010, além das palestras, acrescentou-se a mostra de trabalhos científicos, elaborados pelos estudantes e professores, de acordo com a temática do encontro.

Em 2008, teve início a Campanha Natal Acadêmico Solidário, projeto realizado anualmente com um segmento organizado da comunidade, em escolas municipais da região periférica da cidade, na Casa do Idoso, Casa Lar, dentre outros. O objetivo é proporcionar a essas pessoas o espírito do natal solidário. O projeto conta com várias parcerias e está em sua quarta edição (FAMA, 2007-2009).

No ano de 2008, a direção geral da FAMA firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Mineiros por um período de quatro anos, com vigência de 2008 a 2012 (FAMA, 2007-2009). O Objetivo do convênio visa possibilitar aos acadêmicos da Faculdade FAMA, a inserção nas áreas de saúde da prefeitura, para a realização de prática de Estágio e atividades acadêmicas político-pedagógicas, tais como aulas práticas, atividades de pesquisa e extensão, com prioridade para o Hospital Municipal, postos de saúde, escolas, abrigo de idosos e programas municipais.

No ano de 2009, foram aprovados outros projetos de extensão, com novas temáticas, envolvendo outros cursos, tais como o Projeto: Ações da Fisioterapia na Prevenção das lesões esportivas com o objetivo de divulgar a importância do profissional da Fisioterapia e orientar as pessoas no atendimento as lesões corporais dos atletas. (FAMA 2007-2012).

Outro projeto desenvolvido com os profissionais de Enfermagem, Projeto Educação e Promoção da Saúde na Atenção às gestantes. O objetivo é desenvolver ações educativas de enfermagem em atenção às gestantes e conscientizá-las da importância e realização adequada do pré-natal e do exame citológico, orientá-las, no tocante à nutrição e seus direitos no Sistema Único de Saúde.

Em 2010, sinaliza a Pasta de Eventos e Atividades (FAMA, 2010), foram aprovados e desenvolvidos vários projetos de extensão como os que se seguem.

Festa da Semente, *Resgatando a Agro-biodiversidade*, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agro Ecologia da UNIFIMES, numa parceria com instituições e entidades organizadas da comunidade, ligadas ao setor produtivo rural, tem o objetivo de resgatar as sementes crioulas e promover o consumo de alimentos da região e o aproveitamento integral dos alimentos entre a comunidade local e regional de origem.

Educação Nutricional para *crianças* promoveu palestras de estudantes do curso de Nutrição, abordando temas sobre obesidade, dieta balanceada, pirâmide alimentar porção de alimentos.

A Saúde Bucal vai às escolas, desenvolvido pelos estudantes do curso de Odontologia, tem como objetivo conscientizar a população sobre higiene e saúde bucal, bem como proporcionar aos estudantes a vinculação entre teoria e prática.

Destino de Resíduos Sólidos da área da Saúde tem como intuito estudar a legislação, bem como, conscientizar a população sobre os riscos e o destino correto a ser dado a esse tipo de lixo.

Acompanhamento Nutricional de Gestantes de Referência de Assistência Social (CRAS) busca contribuir para a melhoria da saúde do grupo materno-infantil no município de Mineiros.

Educação Nutricional e *Orientações para o Aleitamento Materno* visa promover a melhoria da saúde do grupo materno infanto-juvenil no município.

Hiperdia, Educação e Promoção a Saúde objetiva desenvolver prática de saúde, ressaltando a prevenção de doenças visando à saúde preventiva.

Interdisciplinar nas Escolas Públicas tem como objetivo oferecer comunidade escolar atividades voltadas para a saúde e cidadania.

Em se tratando da relação das três instituições com os setores públicos e privados, ficaram evidentes que todas, desde o seu nascedouro e na sua caminhada histórica sempre foram marcadas pelas relações, com o Estado, prefeituras, associações, movimentos sociais, empresas, dentre outros.

Mediante análise nos documentos institucionais, como PDI, regimento interno, resoluções, portarias, projeto político pedagógico e relatórios, e outros se percebe a preocupação em desenvolver ações em parcerias com órgãos públicos e privados, promovendo assim a socialização com as comunidades local e regional.

O quadro 3 apresenta a operacionalização e as atividades de extensão em sua relação com os setores público e privado.

Quadro 3: Operacionalização e Atividades da Extensão e sua relação com os setores Público e Privado

| OPERACIONALIZAÇÃO | | |
|--|--|--|
| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
| <p>A extensão apresenta na UFG em forma de ações ou atividades, projetos que seguem as linhas de extensão do (Forproex). Essas ações deverão ser cadastradas, no ano de sua execução, no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEC), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Compete à Comissão de Interação com a Sociedade (CIS), apreciar, acompanhar e avaliar as ações de extensão e cultura conforme os itens: conteúdo técnico e ou artístico, período para execução, carga horária dos participantes, público beneficiado, participação de servidores e discentes, transferência de tecnologia e conhecimento, relevância social e atendimento à demanda da sociedade. O coordenador da ação deverá apresentar relatório parcial sobre sua execução à CIS, e na ausência desse órgão, diretamente à direção da unidade. Caso a ação envolva a participação de outra instituição, poderá haver um coordenador externo. A Revista UFG Afirmativa (2008) notifica que, além das facilidades técnicas para cadastramento e gerenciamento, as ações de extensão e cultura foram impulsionadas por um acréscimo de recurso da ordem de trezentos mil reais por ano, que já estava previsto no Estatuto da Instituição, mas nunca havia sido cumprido. Estabelece o regimento geral o direcionamento de 2% do seu orçamento e custeio para que essa verba seja utilizada para garantir o compromisso da UFG com as atividades de interação entre a universidade e a sociedade, afirma Ottoni. No PDI 2011/2015 (UFG, 2010) consta na política de extensão e cultura que se implante a determinação</p> | <p>A extensão universitária é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), pautada pela gestão colegiada descentralizada, com participação de estudantes, professores e funcionários vinculados às coordenações: Coordenação de Arte e Cultura (CAC); Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais (CCE) Centro de Educação Comunitária de Meninos e Meninas (CECOM) Coordenação de Estágio e Extensão (ETG) Instituto Dom Fernando (IDF). Por meio das ações e das coordenações estabelece a PUC Goiás a articulação com ensino e a pesquisa da Universidade. Ao incorporar a ação educativa em sua prática social, o compromisso social da Instituição manifesta-se no cotidiano da vida social e se caracteriza pelo enraizamento de ações, projetos, programas e políticas nas áreas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, direitos humanos, educação, planejamento urbano e ambiental, gerontologia social, trabalho, gestão de políticas sociais e apoio ao planejamento de município do estado região, promoção e valorização do fazer artístico e sua criação em diversas modalidades, incentivo à pesquisa e promoção de eventos sobre a cultura da região e do País. Conforme sua Institucionalidade as ações de extensão estão assim denominadas: a) Programas institucionais caracterizam-se pelo enraizamento nas áreas acadêmicas, pela interdepartamentalização e interdisciplinaridade, pela relação com o ensino, pesquisa e estágio curricular e por suas áreas temáticas infância, adolescência e família, direitos humanos, educação, planejamento urbano e ambiental, gerontologia social, gênero, etnia, saúde</p> | <p>As atividades de extensão são avaliadas pelo coordenador de curso que as encaminha à Coordenação de Pesquisa e Extensão para serem cadastrados. Em caso de necessidade de interrupção ou cancelamento de projeto, o coordenador ou responsável deve apresentar justificativa à coordenação.</p> <p>Fonte: FAMA. Res. N°001/CONSEP/2008, e ANEXO I.</p> |

estatutária de destinar 2% dos recursos do orçamento de custeio e capital da universidade para apoio às atividades de extensão. Os convênios externos estabelecidos pela participação em editais, oferece ainda cem bolsas para alunos vinculados às ações de extensão. O Programa de Bolsa de Extensão e Cultura (PROBEC) tem por objetivo apoiar a participação de estudantes em ações, que atendam à política de extensão e cultura da UFG. Não são contemplados os alunos que já se beneficiam com outro tipo de bolsas ou possuam vínculo empregatício. O número e a duração das bolsas de extensão e cultura são fixados anualmente pela PROEC em conjunto com a (PROAD), considerando a disponibilidade orçamentária e a demanda de bolsas. O período de inscrição e normas para solicitação de Bolsa para ação de extensão e cultura será divulgado pela PROEC, mediante edital específico. Em caso de existência de recursos financeiros, deve-se encaminhar uma planilha financeira para análise e aprovação à Pró-Reitoria de Administração e Finanças-PROARD. O material permanente adquirido com recursos através de ações de extensão incorporam ao patrimônio da UFG. Após a execução da ação, o coordenador da atividade deverá apresentar à CIS um relatório final e a presidente dessa comissão encaminha à PROEC, o relatório final para registro de conclusão da ação.

Fonte:

Resolução CONSUNI Nº 03/2008; e Anexo.
<http://www.proec.ufg.br/acesso> em 27/08/2012.

UFG. UFG Afirmativa/2008, p.28.

_____. UFG Afirmativa/2008, p. 23 e 24.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PD). Goiânia: UFG/PRODIRH, 2011(b), p. 36

coletiva, trabalho.

b) Projetos de extensão compreendem o processo educativo, cultural e científico como articulador do ensino, da pesquisa e extensão, orientam-se pela Política de Extensão da PUC Goiás e cumprem a exigência da participação discente; são propostos, coordenados e executados pelas unidade acadêmicas, considerando as demandas por formação e qualificação dos sujeitos sociais e as propostas devem ser apresentadas em formulário-roteiro específico, disponibilizado pela PROEX e cadastrado na Coordenação de Estágio e Extensão (ETG).

c) Prestação de serviços objetiva atender à formação continuada, ao aperfeiçoamento e à capacitação, propiciando eventos de curta duração, como palestra, seminários, exposições, congressos, dentre outros, que contribuem para a estruturação e socialização do conhecimento, administrando cursos que buscam responder a demanda não atendida pela atividade regular do ensino formal de graduação ou pós-graduação e que podem ser presenciais, a distância ou por intermédio da rede, ou combinados com essas metodologias; consultorias e assessorias.

d) Instâncias de gestão da extensão que compreendem:
 1- Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA) que analisam e avaliam os projetos relacionados à extensão universitária, submetendo-os das demais câmaras, após finaliza com a deliberação do CEPEA; 2- Unidade acadêmico-administrativas da PUC Goiás, sua competência é assegurar a relação da extensão com sua dimensão curricular e com os parceiros e convênios. 3- Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX) órgão responsável em coordenar, supervisionar as políticas institucionais de extensão, estágio, cultural e relacionadas a comunidade estudantil.

A PUC Goiás ao definir suas diretrizes de extensão institucionais em seu PDI, compreende a qualidade acadêmica científica e o compromisso social: renovar o

| | <p>compromisso social e ético da PUC Goiás com o desenvolvimento econômico social, a preservação ambiental, a produção artística e o patrimônio cultural; apresentar excelência acadêmica-científica como instituição comunitária filantrópica; fortalecer a inserção regional e conquistar reconhecimento internacional.</p> <p>Fonte: Política de Extensão Universidade Católica de Goiás, Setembro 2006, p. 9,23-24. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Janeiro 2012, p. 50,53.</p> | |
|---|---|--|
| ATIVIDADES DE EXTENSÃO | | |
| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
| <p>Apresenta como conjunto de ações ligadas ao ensino e a pesquisa que são assim denominadas: Programas conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrado às atividades de extensão, pesquisa e ensino; devem ter caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo; projetos - ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado; evento ação que implica apresentação e ou exibição pública, livre ou com clientela específica do conhecimento, conservado ou reconhecido pela universidade; prestação de serviços realização de trabalho oferecido pela IES ou contratados por terceiros (comunidade, empresa, órgão público)</p> <p>Fonte: http://proec.ufg.br/acesso em:27/08/2012. UFG. Res.CONSUNI/2008 N° 3, art.10º. Anexo, Resolução CONSUNI-2008.</p> | <p>As atividades são ações de diferentes modalidades: programas institucionais, projetos de extensão e prestação de serviços educacionais que se articulam com os fundamentos conceituais, educacionais e teóricos-políticos da extensão, concebida como processo acadêmico.</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Política de Extensão. Série Gestão Universitária N°12. PUC Goiás, 2006, p.23</p> | <p>Eventos culturais, técnicos e científicos Cursos de extensão Ações de assessorias e consultorias Planejamento e implementação de programas de incentivos à publicações de interesse acadêmico e cultural Cursos técnicos de curta duração e de natureza específicas, segundo a legislação em vigor.</p> <p>Fonte: FAMA. Regimento Interno. Mineiros, 2009(b), p.22.</p> |

3.4 O compromisso da extensão com o desenvolvimento local e regional

O compromisso social com o desenvolvimento regional e local foi marcado pelo trabalho desenvolvido pelas três instituições, conforme a sua identidade e missão. Percebe-se, na trajetória da UFG e da PUC Goiás, que elas contribuíram para o desenvolvimento do estado de Goiás, considerando que durante muitos anos foram as duas instituições de ensino superior existentes no estado e com fortes referências para o seu desenvolvimento e transformação. Essas instituições presentes e participaram ativamente dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos dos trabalhadores. Elas próprias, no seu interior, promoveram movimentos em defesa da educação em todos os níveis e modalidades.

A construção da extensão nessas duas instituições está entrelaçada na sua própria história e aconteceu em cada momento, conforme as suas necessidades e, às vezes, até sem perceber que estavam fazendo extensão.

A FAMA com as suas ações de extensão demonstra um empenho em construir sua história dando sua contribuição para a promoção social e o desenvolvimento regional. Parece impossível uma instituição de ensino superior conseguir se constituir sem a sua integração com a sociedade uma vez que, no momento em que surge, como analisa Chauí (2001), a universidade é a própria sociedade, por isso, não tem como não se integrar e interagir com a sociedade, à medida que vai se instituindo e se consolidando. Às vezes, o reclame da sociedade contribui para o seu crescimento e desenvolvimento que ocorre mutuamente, e foi esse o caso da FAMA.

Na UFG, ações com base no princípio da melhoria e qualidade de vida do ser humano, porém, não constituem responsabilidade somente sua para solucionar os problemas da comunidade. Percebe-se que a instituição faz parcerias com órgãos públicos e privados, mas há preocupação acerca de Avaliação Institucional, relevância acadêmica e social, interdisciplinaridade e relação dialógica com os setores sociais.

A PUC Goiás assume, de forma ética, política e pedagógica em sua trajetória histórica desde sua criação aos dias atuais, o compromisso com o desenvolvimento local e regional, em prol de uma comunidade igualitária. Seu objetivo é a busca do conhecimento científico e a realização de estudos norteadores da inserção social e institucional.

FAMA é uma faculdade que proporciona aos acadêmicos e comunidade ações de extensão, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e regional, promovendo, assim, a responsabilidade social.

Nessa perspectiva, as instituições pesquisadas têm a função de produtora e socializadora do conhecimento científico, no processo de democratização do saber acadêmico, que deixa de ser estabelecido somente no interior da universidade, constituído por meio de ações desenvolvidas pela interação universidade e comunidade.

As ações trabalhadas de maneira interdisciplinar favorecem a visão integrada do social, e a educação resulta da sua compreensão como bem público, e exigindo atenção na relação com a sociedade, e necessariamente passa atender às demandas locais e da região em que as instituições de ensino superior estão inseridas.

O quadro 4 apresenta como se efetiva o compromisso social das instituições investigadas por meio de atividades de extensão

Quadro 4: A Extensão Universitária e o compromisso com o desenvolvimento local e regional

| UFG | PUC GOIÁS | FAMA |
|---|--|---|
| <p>PDI 2011-2011 (2010) demonstra que a universidade vem apoiando iniciativas governamentais, não governamentais ou mesmo particulares que tenham como princípio a busca de alternativas visando a melhoria da condição de vida de todos, reconhecendo a diferença entre ações paliativas, que somente se destinam atender a situações críticas e emergenciais, promovendo ações voltadas para soluções definitivas dos problemas, assumindo que não única responsável pela solução desses problemas.</p> <p>De acordo com o <i>Jornal UFG</i> (2012), a existência de parceria em atividades de extensão: Prefeitura Municipal, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Secretária da Agricultura, Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Bom Sucesso e outros, é real.</p> <p>Atualmente (2013), conforme o site (www.proec.ufg.br), a relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais têm sido considerados, assim como outros indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária.</p> <p>Fonte: UFG. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Goiânia: UFG/PRODIRH, 2011(b), p.74 e 75. _____. <i>Jornal UFG</i>, nº 53. Junho/Julho. Ano 2012, p.7 http://www.proec.ufg.br</p> | <p>Conforme o PDI (PUC GOIÁS 2011), a instituição aborda o compromisso social regional e nacional, assume compromisso social, ético e político e, contribui, de forma crítica e propositiva, para a construção de uma sociedade igualitária, com a perspectiva atingir os diversos setores da sociedade mediante os projetos educacionais e projetos profissionais. A Instituição realiza anualmente a Semana de Cultura e Cidadania, desde 2005, constitui espaço impar de participação, visibilidade acadêmica com a sociedade local, por meio da sempre crescente oferta de serviços, cultura e formação. O êxito da Semana, que fortalece a credibilidade perante a sociedade, deve-se ao envolvimento de professores, funcionários, estudantes e de parceiros da comunidade. A PUC Goiás também se apresenta à comunidade local e estadual como polo de formação e produção do conhecimento e comprova o seu compromisso social com a redução das desigualdades sociais e consequente construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.</p> <p>Fonte: PUC Goiás. Política de Extensão. Série Gestão Universitária. Nº12, 2006(b), _____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Janeiro/2012(a), p. 53, 54 e 55.</p> | <p>No PDI (2009) a Faculdade propõe contribuir para o processo de consolidação da cidadania, mediante a formulação de, pelo menos, duas propostas por ano, pertinentes à melhor percepção dos deveres e direitos do cidadão, promovendo a responsabilidade social; definir, duas entidades da região, por ano, para serem partícipes dos projetos.</p> <p>Conforme as pastas de relatórios as atividades de extensão executadas no ano de 2007 a 2012, são: campanhas solidárias; palestras em outras Instituições de ensino superior; parceria com a Prefeitura Municipal em ações e projetos parceria com escolas de Mineiros, Santa Rita, Perolândia e Jataí visitas técnicas, atendimento, realização de palestras e orientações preventivas à saúde na comunidade Quilombola do Cedro (em Mineiros),</p> <p>Fonte: FAMA. Plano de Desenvolvimento Institucional – (PDI). Faculdade Mineirense(FAMA),2011(b), p. 56 e 57; _____. Relatórios de Atividades de Extensão 2007 – 2009. Mineiros, 2009(a) _____. Relatório de Relatórios de Atividades de Extensão 2010. Mineiros, 2010. _____. Relatório de Relatórios de Atividades de Extensão 2011. Mineiros, 2011. _____. Relatório de Relatórios de Atividades de Extensão 2012. Mineiros, 2012.</p> |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo sobre o processo de institucionalização da extensão nas três instituições de ensino superior de Goiás – PUC Goiás, UFG e FAMA, confirma-se a pertinência das dimensões priorizadas e dos procedimentos investigativos adotadas para apreender os aspectos histórico-conceituais, as instâncias de gestão e operacionalização com vistas à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o compromisso social de cada uma delas com o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento do estudo nos três momentos distintos possibilitou analisar a trajetória da extensão no Brasil envolvendo a criação e atuação dos três segmentos de instituições de ensino superior brasileiros: universidades públicas (Forproex), universidades comunitárias católicas, (Forex) e as Universidades Particulares (Forexp). A extensão realizada no contexto histórico de cada IES revela aspectos fundamentais dos processos de sua institucionalização, formulação de uma conceituação de instâncias específicas de gestão, qualificação das práticas e mecanismos de operacionalização. Ressalte-se os aspectos que evidenciam o compromisso social com o desenvolvimento local, regional uma marca de atuação e inserção na sociedade, com base em aspectos econômicos, políticos, sociais culturais e educacionais de cada período histórico.

O estudo demonstrou que a história das instituições e da extensão está condicionada por projetos políticos de sociedade que perpassam os projetos educacionais em vigor e em construção. De acordo com essa premissa, verificou-se que a trajetória conceitual da extensão no Brasil é formada por diversas concepções, as quais se alicerçam no conceito mais republicano de educação, contido na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, (BRASIL, 1988). “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (art. 207).

A investigação acerca dos nexos entre educação e seu compromisso social, evidenciou a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e seu papel primordial no processo de institucionalização da extensão universitária, em sintonia com as constantes lutas dos trabalhadores em educação por meio dos fóruns realizados nos últimos anos, com o apoio do MEC.

Ao analisar a institucionalização da extensão na UFG, PUC Goiás e FAMA, nota-se que ela está pautada em critérios, normas e referencial teórico de acordo com suas finalidades e ações em atendimento a legislação em vigor. As instituições priorizam as ações de extensão e conseqüentemente, criam e regulamentam as suas instâncias de gestão, com base nas diretrizes do ensino superior. As experiências de extensão nas IES, e a legitimidade conquistada na área acadêmica impactam nos órgãos de gestão da educação nacional, subsidiando as políticas públicas nacionais.

A UFG e a PUC Goiás possuem uma trajetória histórica de mais de cinquenta anos de existência, acumulam um número grande e significativo de experiências de aprendizado no que se refere ao ensino, a pesquisa e extensão. Como esta pesquisa primou por investigar a trajetória da extensão apresenta importantes contribuições de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional por meio de inúmeras ações extencionistas. A PUC Goiás e a UFG contribuíram de forma direta e indireta para o desenvolvimento do estado de Goiás e Região Centro-Oeste.

A pesquisa evidenciou que na UFG, até o período de 1980, as ações de extensão em grande parte eram assistencialistas, não havia vínculo com as atividades acadêmicas o que levou a extinção da respectiva Pró-Reitoria, e suas ações ficaram cargo da Pró-Reitoria de Graduação. No ano de 1996 a Instituição criou a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e passou assim a ter controle e conhecimento das atividades de forma padronizada.

O período de 2008 a 2009 representou avanços significativos de extensão e cultura. Nesse período, eliminaram-se as regras antigas e os projetos existentes. Foram alterados e parcerias e convênios que possibilitaram o financiamento da pesquisa e extensão.

As ações ou atividades na UFG seguem as linhas de extensão do Forproex, na forma de cursos, prestação de serviços, eventos ou projetos e cadastradas na PROEC, para serem reconhecidas como ações de extensão. Há uma preocupação com a avaliação da extensão na UFG e a sua relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais, assim como outros indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária. O referido documento assinala, ainda, que o corpo docente e técnico-administrativo da UFG, os coordenadores das ações de

extensão, está sendo estimulados a pensar questões de avaliação.

A PUC Goiás, com base nos referências conceituais da política de extensão (PUC GOIÁS, 2006), encontra-se pautada na qualidade acadêmica e compromisso social. Nas décadas de 1960 a 1970, ganharam relevância a área de educação popular, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Mediante os conceitos e ações desenvolvidas, a pesquisa comprova a participação da PUC Goiás nos movimentos populares, que surgiram em Goiânia por volta de 1980, incorporando a ação educativa na sua prática social. E a relação entre estágio curricular e extensão aprofunda-se conforme a necessidade universitária.

Outro fato marcante é a ampliação das frentes de atuação da VAE em 1990, com repercussão em sua gestão acadêmica e administrativa, redefinição de bolsas para estagiários e criação de programa permanente de extensão. A filiação e participação da PUC Goiás no Forext é fato que marca a avaliação da extensão e a formulação de uma política de extensão que alterou a estrutura administrativa da universidade.

A investigação e a análise dos dados tornam visível o crescimento da extensão e a amplitude do seu campo de atuação, indicando que, à medida que a instituição cresce e se estrutura a extensão também se reorganiza e reestrutura. O objetivo de busca do conhecimento científico e a realização de estudos norteadores da inserção social e institucional é continuamente renovado.

A terceira instituição investigada foi a Faculdade Fama. O seu regimento interno (FAMA, 2009) evidencia em sua proposta “que manterá programas e atividades de extensão, indissociabilidade do ensino e iniciação a pesquisa” (art.55, p.22). Nos aspectos investigados, a faculdade iniciou suas atividades acadêmicas em 2007 e, no final desse ano o corpo docente e discente desenvolveu o primeiro projeto de extensão Falando de Saúde, com a continuidade nos demais anos. No ano de 2013 realizará a VII edição do projeto.

Verificado em documentos comprobatórios mostra que a instituição assinou o primeiro termo de Intenção de convênio com a Prefeitura Municipal de Mineiros (gestão 2008/2012), que disponibiliza as dependências da concedente para a prática acadêmica. Nesse mesmo período regulamentou a realização de extensão com a Portaria Nº 001/CONSEP/2008, que o regulamento a realização de pesquisa (iniciação científica) e extensão.

As atividades de extensão são assim definidas em seu Regimento Interno eventos, cursos de extensão, ações e projetos de atendimentos e prestação de serviço à comunidade, ações de assessorias e consultorias, planejamento e implantação de programas de incentivos à publicação de interesse acadêmico e cultura, cursos técnicos de curta duração e de natureza específica segundo a legislação em vigor. Essas atividades são cadastradas na Coordenadoria de Pesquisa e Extensão.

Percebe-se em seus documentos (PDI, pastas de relatórios, regimentos, portarias) que a instituição está em fase de construção, normatização de suas atividades de iniciação científica e extensão, e de implementação, ampliação e adequações na estrutura física.

Ao avaliar algumas dimensões conceituais da extensão e a institucionalidade nas IES, a pesquisa apresentada não pretendeu analisar todos os aspectos, mas espera-se, com essa proposta, contribuir para a realização de outras pesquisas e novos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciane Pinho de. Ação Comunitária – desafios da extensão universitária para a educação e a travessia do milênio: entre o aprender a vida cotidiana. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira; Síveres, Luiz (orgs.). **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 96-113.2011.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP. 2003.

ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **As Fronteiras da Extensão**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 08 a 11 de nov.2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/5cbeu/?page_id=514. Acesso em: 20 out.2012.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BRASIL.

BARTNIK, Fabiana Marques Pereira; SILVA, Itamar Mendes da. **Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias** (2009). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a10v14n2.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

BEHRING, Elaine R.; Santos, Silvana M. M. Questão social e direita. In: CEFSS/ABEPSS. **Coletânea Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEFSS/ABEPSS, 2009, p. 267-283.

BERTAZZO, Giuseppe. **PUC Goiás 2002-2012: marcos de uma gestão participativa**. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos, 2006.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante- o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Universidade de Caxias do Sul, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de revisão Nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de revisão Nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edição, 2006.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras** e SESU/ MEC. Edição Atualizada. 2000/2001. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2011/legislacao_normas_documentos

/planos%20nacional%20de%20extensao%202001%20forproex. pdf. Acesso em 4 dez. 2012.

_____. LEI Nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). Regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior. Brasília,2006.

_____. Ministério de Educação (MEC) /Secretária de Educação Superior (SESu). Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre; UFGS, Brasília,2006.

_____. LEI Nº 10. 861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

_____. LEI Nº 3834, de 14 de dezembro de 1960. Criação da UFG.

_____. Lei Nº 4.042, de 20 de dezembro 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto Nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil que adota o regime universitário.

_____. Decreto Nº 4.637 de 21 de março de 2003. Aprova a estrutura regimental e quadro do ministério da educação.

BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA Amazoneida Pereira (orgs.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ,2007.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. **A extensão universitária no Brasil**: do assistencialismo à sustentabilidade,2007. Disponível em:<<http://sare.unianhguera.edu.br/index.php/reduc/article/view>. PDF Interstitial/207/205. Acesso em 2 de out.2011.

CATANI, Afrânio Mendes. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas. Petrópolis: Vozes, 2002.

CERQUEIRA, Monique B. **Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações**. Revista de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, v.13, nº 2, p.195-201, jul/dez, 2009.

CENTRO OESTE. JORNAL CENTRO-OESTE. **Mineiros conquista prêmio saúde.** Abril. Ano 5, Nº 49, p. A-2, Municípios, nov, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

CORDEIRO, Darcy. **Cinquentenário da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: identidade e diversidade, 1959 a 2009.** Goiânia: PUC Goiás, 2010.

CORRÊA, Edison José. **Extensão U niversitária, Política Institucional e inclusão social.** Jornal da Universidade Federal de São João Del Rei, 2003.

_____. Discurso. Autor: Edison José Correa. Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/conferencias/discursoedsoncorrea.pdf. Acesso em: 03 nov.2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em:
<<http://www.escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em: 04 jan.2013.

GOIÁS. Decreto Estadual Nº 7.333 de 13 de maio de 2011.

FAMA. Res. Nº 001/CONSEP/2008. Regulamenta atividades de pesquisa (iniciação científica) e extensão da faculdade Mineirense (FAMA).

_____. Res. Nº 003/CONSEP/2009. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do programa de monitoria da faculdade Mineirense (FAMA)

_____. Relatórios de extensão, 2007- 2009. Mineiros,2009(a).

_____. Regimento interno. Mineiros, 2009(b).

_____. Relatórios de extensão, 2010. Mineiros,2010.

_____. Relatórios de extensão, 2011. Mineiros,2011(a).

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Faculdade Mineirense – FAMA, 2011. Mineiros, 2011(b).

_____. Projetos de extensão,2007 a 2012.Mineiros, 2012(a).

_____. Relatórios de extensão,2012.Mineiros, 2012(b).

FARIA Dóris Santos de (org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1993.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FUNADESP. **Fórum de extensão das IES Particulares**. Disponível em: http://www.funadesp.org.br/index.php?option=com_c. Acesso em: 09 nov. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**. Movimentos Sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

IBGE. **Indicadores População Economia Geociências Canais Download Pesquisas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521310>. Acesso em 12 abr. 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo, Cortez, 1998.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINEIROS. Lei Municipal Nº 278, de 11 de março de 1985.

_____. Lei municipal Nº 1.495, de 14 de dezembro de 2010.

_____. FOCCUS. A história da medicina. Ano VIII. Ed.77. 2012.

MIZIARA, Fausto; CAVALCANTE, Fabiani. **Resgate de um ideal**: a proposta de criação da UFG. Revista UFG. Goiânia, ano 12, Nº 9, p.91-96, dez.2010.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária no Brasil**: uma revisão conceitual .In.FARIA,Doris Santos de (org).Construção conceitual da extensão na America Latina .Brasília: UnB, 2001.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo. **O Forest uma perspectiva histórica**.1999. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ev/forext/ForExt%20historia.pdf>. Acesso em: 10dez. 2012.

PARO, Victor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PUC GOIÁS. **Regimento Geral**. Goiânia: UCG, 2006(a)

_____. **Política de Extensão**. Série Gestão Universitária. Nº 12. PUC Goiás, 2006(b).

_____. **Regimento Geral** . Série Legislação e Normas. Nº 12. PUC Goiás, 2006(c).

_____. **Regimento Geral dos Centros da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: UCG, 2007(a).

_____. **Plano estratégico de gestão participativo, 2007-2010**. Goiânia: UCG, 2007(b).

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Série Gestão Universitária Nº. 18. PUC Goiás, 2012 (a).

_____. **PUC em Dados**. Série Gestão Universitária. PUC Goiás, 2012 (b).

PUC MINAS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Disponível em: http://www.pucminas.br/proex/arquivos/Editor/pol_de_ext_univ_set_2006.pdf. Acesso em: 9 out.2012.

REVISTA RENEX. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- Breve Histórico**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com-content&view=art>. Acesso em: 09/10/2012.

RIBEIRO, Evandro Luís Amaral; ALMEIDA, Luciane Pinho de. **A pertinência da extensão no processo de inovação da educação superior**. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/forumnacional_acaocomunitaria.pdf. Acesso em: 11 out. 2012.

ROCHA, R. M. Gurgel. **A construção do conceito da extensão universitária na América Latina**. In: FARIA Dóris Santos de (org.). Brasília: Editora UnB,2001.p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEPLAN. Mineiros GO. **Sudoeste goiano população**. SEPLAN e IBGE. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1152853>. Acesso em 12 abr.2013.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reformas do estado e Mudanças na produção**. Bragança Paulista: Edusp. 1999.

SILVA, Ademir A. **Serviço social e direitos sociais no contexto da crise**. Revista Serviço Social & Sociedade Nº 99, ano XXX, São Paulo: Cortez, 2009, (jul-dez 2009), p.444- 457.

SILVA, Irondina de Fátima. **A educação municipal de Mineiros: municipalização e expansão da oferta e desafios da oferta e qualidade do ensino**. Goiânia, 2008.

SILVA, J. R. S; ALMEIDA, C. D.D; GUINDANI, J. Revista brasileira de & ciências sociais. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Ano I julho 2009. Disponível em: http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em: 11 out./10/2012.

SILVA, Martiniano José da. **Retrospectiva histórica de Mineiros**. Mineiros: Gráfica

Mineiros, 1998.

_____. **Traços da história de Mineiros.** O Popular. Goiânia: 1984.

Sistema de dados e informações: Base Operacional de acordo com Plano Nacional de Extensão. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira.** Rio de Janeiro: NAPE, VERJ. 2001. Coleção Extensão Universitária, v.2.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** Campinas: Alínea, 2000.

SÍVERES, Luiz. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.

_____. Luiz. **Processos de aprendizagem na extensão universitária.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

THIOLLENTE, Michel *et al* (org.) **Extensão universitária: Conceitos, métodos e práticas.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2003.

TURRA, Clódia Maria Godoy *et. al.* **Planejamento de ensino e avaliação.** 11. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzalto, 1993.

UFG. Res. Nº 03/CONSUNI/2008. Regulamenta as Ações de extensão e cultura na UFG e o programa de bolsa de extensão e cultura.

_____. Res. Nº 08/CONSUNI/2008. Cria o Programa especial para participação voluntária de pessoa física na prestação de serviços em atividades, técnicas, administrativas, de pesquisa, de extensão ou cultura na UFG.

_____. UFG Afirmativa Nº 02, novembro, 2008.

_____. UFG Afirmativa Nº 05, dezembro, 2010(a).

_____. UFG Afirmativa Nº 9, dezembro, 2010(b).

_____. Informativo Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PRPPG). UFG 50 Anos, 2010(c).

_____. UFG Afirmativa Nº 06, dezembro, 2011(a).

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Goiânia: UFG/PRODIRH, 2011(b).

_____. Informativo UFG em Números, 2011. Ano Base 2010. Comemorativos 50

Anos. 2011(c).

_____. Jornal UFG. Espaço público para afirmar a vida no campo. Ano VII Nº 53, p.6-junho/julho- 2012.

_____. PRPPG-UFG. Disponível em: www.prppg.ufg.br. Acesso em: 04/11/2012.